



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 089

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 05 DE AGOSTO DE 2008

ANO XXXIII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

LUCIANA RAFAGNIN
2ª Secretária - PT

LUIZ ACCORSI
3º Secretário - PSDB

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

CHICO NOROESTE
5º Secretário - PR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Partido Democratas Plauto Miró
PT Péricles de Mello
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN Douglas Fabrício
Bloco PSB/PRB/PV Pastor Edson Praczyk
Bloco PTB/PR Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Enio Verri - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Alysson Wandscheer - Douglas Fabrício - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 089

81ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva

Presenças

Abertura da Sessão

Expediente:

Ofícios

Indicações

Requerimentos

Projetos de Lei

Posse de Deputado

Pequeno Expediente:

Dep. Geraldo Cartário

Dep. Valdir Rossoni

Dep. Plauto Miró

Dep. Stephanes Júnior

Dep. Enio Verri

Dep. Luiz Nishimori

Grande Expediente:

Dep. Artagão Júnior

Dep. Elio Rusch

Horário das Lideranças:

Liderança do PDT

Dep. Geraldo Cartário

Liderança do PSDB

Dep. Valdir Rossoni

Liderança do DEM

Dep. Plauto Miró

Liderança do Bloco PPS/PMN

Dep. Douglas Fabrício

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati

Liderança do PT

Dep. Péricles de Mello

Liderança do PMDB

Dep. Caíto Quintana

Liderança da Oposição

Dep. Marcelo Rangel

Liderança do Governo

Dep. Luiz Claudio Romanelli

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente

Discussão/Votação

1ª Discussão

Requerimentos

Encerramento da Sessão

Publicações:

Diretoria Geral

Portarias

Atas de Comissões

Constituição e Justiça

DIÁRIO Nº 089

81ª SESSÃO ORDINÁRIA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA

16ª LEGISLATURA

ATA DA 81ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM

05 DE AGOSTO DE 2008

(terça-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelo Sr. Deputado Enio Verri e pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Alysson Wandscheer, Antonio Belinati, Artagão Júnior,

Beti Pavin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Enio Verri, Fábio Camargo, Francisco Bühner, Geraldo Cartário, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Malucelli, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Miltinho Pupio, Nereu Moura, Ney Leprevost, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (50).

Ausentes os Srs. Deputados: Dobrandino da Silva, Edgar Bueno, Mauro Moraes e Osmar Bertoldi (04).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Ofícios

Sob os nºs CTL/CC 289, 290, 291, 296 e 297/08 do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADOS os Projetos de Lei nºs:

296/08: da Procuradoria Geral de Justiça que, dispõe sobre criação e transformação dos cargos que específica, no Quadro de Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o nº 15913. **Anote-se - Arquivo-se.**

297/08: da Procuradoria Geral de Justiça que, dispõe sobre os vencimentos básicos dos servidores, ativos e inativos, do Quadro de Pessoal e do Quadro de Oficiais de Promotoria do Ministério Público do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o nº 15914. **Anote-se - Arquivo-se.**

Projeto de Lei Complementar nº 295/08: da Procuradoria Geral de Justiça que, altera os dispositivos que especifica, da Lei Complementar nº 085/99 - Lei Orgânica e Estatuto do Ministério Público do Estado do Paraná, o qual convertido em Lei Complementar tomou o nº 122. **Anote-se - Arquivo-se.**

264/08: do Tribunal de Justiça que, extingue os servidores distritais de Alexandra e de Bragançana, das comarcas, respectivamente, de Paranaguá e de Assis Chateaubriand, e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o nº 15915. **Anote-se - Arquivo-se.**

265/08: do Tribunal de Justiça que, extingue os serviços distritais de Rio Novo, Coronel Firmino Martins e Panema, das comarcas, respectivamente, de Reserva, Clevelândia e Santa Mariana, e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o nº 15916. **Anote-se - Arquivo-se.**

Sob o nº CTL/CC 292/08 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, encaminhando cópia da Informação nº 770/08-AJ/SESP, acerca da Indicação Legislativa nº 752. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/CC 293/08 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, encaminhando cópia da Informação nº 815/08-AJ/SESP, acerca da Indicação Legislativa nº 793. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/CC 294/08 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, encaminhando cópia da Informação nº 771/08-AJ/SESP, acerca da Indicação Legislativa nº 742. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/CC 295/08 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, encaminhando cópia da Informação nº 787/08-AJ/SESP, acerca da Indicação Legislativa nº 747. **Ao conhecimento da Casa.**

Indicações

INDICAÇÃO Nº 177/08

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e à Secretaria da Educação a construção de quadra coberta no Colégio Estadual Santo Inácio de Loyola, no município de Terra Rica.

Sr. Governador, Sr. Secretário da Educação:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposto ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária da Educação que determinem a construção da quadra coberta no Colégio Estadual Santo Inácio de Loyola, pelas razões abaixo especificadas.

Sala das Sessões, em 05/08/08.

(a) TERUO KATO

JUSTIFICATIVA:

O município de Terra Rica, além de ser área carente de recursos de toda sorte, tem seu colégio estadual como referência não só para os estudantes, mas, principalmente, de toda a comunidade, por ser centro que agrega todas as faixas etárias dessa localidade.

Desnecessário, pois, descrever os benefícios que trarão a construção de uma quadra poliesportiva coberta na escola de Terra Rica.

Em face disso, certos de poder contar com o apoio do Governo do Estado do Paraná, solicita-se o auxílio da Secretaria da Educação, a fim de que seja, afinal, construída a tão sonhada quadra coberta.

INDICAÇÃO Nº 178/08

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e à Secretaria da Educação a construção de quadra coberta no Escola Estadual Santos Dumont, no município de Paracity.

Sr. Governador, Sr. Secretário da Educação:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposto ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária da Educação que determinem a construção de quadra coberta no Colégio Estadual Santos Dumont, no município de Paracity, pelas razões abaixo especificadas.

Sala das Sessões, em 05/08/08.

(a) TERUO KATO

JUSTIFICATIVA:

O município de Paracity, além de ser área carente de recursos de toda sorte, tem em sua escola estadual uma referência não só para os estudantes, mas, principalmente, de toda a comunidade, por ser centro que agrega todas as faixas etárias dessa localidade.

Desnecessário, pois, descrever os benefícios que trarão a construção de uma quadra poliesportiva coberta na escola de Paracity.

Em face disso, certos de poder contar com o apoio do Governo do Estado do Paraná, solicita-se o auxílio da Secretaria da Educação, a fim de que seja, afinal, construída a tão sonhada quadra coberta.

INDICAÇÃO Nº 179/08

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e à Secretaria da Educação a construção de quadra coberta no Colégio Estadual de Mandiocaba, no distrito de Mandiocaba.

Sr. Governador, Sr. Secretário da Educação:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposto ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária da Educação que determinem a construção de quadra coberta no Colégio Estadual de Mandiocaba, no distrito de Mandiocaba pelas razões abaixo especificadas.

Sala das Sessões, em 05/08/08.

(a) TERUO KATO

JUSTIFICATIVA:

O distrito de Mandiocaba, além de ser área carente de recursos de toda sorte, tem seu colégio estadual como referência não só para os estudantes, mas, principalmente, de toda a comunidade, por ser centro que agrega todas as faixas etárias dessa localidade.

Desnecessário, pois, descrever os benefícios que trarão a construção de uma quadra poliesportiva coberta na escola de Mandiocaba.

Em face disso, certos de poder contar com o apoio do Governo do Estado do Paraná, solicita-se o auxílio da Secretaria da Educação, a fim de que seja, afinal, construída a tão sonhada quadra coberta.

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 1963

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o douto Plenário, licença para tratar de assuntos particulares pelo prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da presente data.

Sala das Sessões, em 05/08/08.

(a) ROSANE FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 1972

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, vem mui respeitosamente requerer menção honrosa, ao Sr. Emílio Neffa, Cônsul da Argentina em Curitiba, que trabalhou para o fomento e a intensificação das relações comerciais, estreitamento das ações bilaterais e expansão das atividades econômicas e culturais, entre a República Argentina e a sociedade paranaense.

Solicito a especial gentileza em notificar acerca da menção honrosa, em apreço, o Sr. Emílio Neffa, na CONDESUL.

Sala das Sessões, em 05/08/08.

(a) ALEXANDRE CURI

REQUERIMENTO Nº 1973

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, convida o Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, Desembargador Ângelo Ithamar Scuctato Zattar, para proferir palestra aos Deputados desta Casa de Leis, referente à uniformização da legislação eleitoral.

Sala das Sessões, em 05/08/08.

(a) CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO Nº 1949

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da

Sessão de hoje, voto de profundo pesar, pelo falecimento da Sra. Palmira Tessaroli Floriani, ocorrido dia 15/07/08.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 05/08/08.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Aos 86 anos de idade faleceu a Sra. Palmira Tessaroli Floriani. Era viúva, deixou 10 filhos, 16 netos e três bisnetos.

Seu passamento veio abrir lacuna difícil de ser preenchida no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, dentre eles este Parlamentar.

Companheira de todas as horas, mãe extremosa, avó dedicada, assim era Palmira Tessaroli Floriani.

O destino roubou-a ao convívio de seus entes queridos, de seus amigos. Resta-nos um consolo: é a certeza de que viveu uma vida honrada dedicada à família, aos parentes e amigos.

Sua família, a família que a adorava despediu-se em lágrimas, dizendo que poderá repousar tranqüila, pois saberá honrar seu nome e cultivar sua memória.

Pedimos ao Pai Celeste que nossos amigos, familiares da Palmira Tessaroli Floriani, encontrem na fé e na esperança, o consolo necessário neste momento tão difícil.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Tessaroli Floriani endereçando a ela, voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 1952

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a anuência do soberano Plenário, seja inserido na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. Mafalda Oliveira Rachid, ocorrido em Londrina.

Era uma criatura extraordinária, amada por seus familiares e por todas as pessoas que tiveram o privilégio de desfrutar de sua amizade. Bondosa, meiga, dedicou sua vida a praticar apenas o bem. Sempre foi um ombro amigo, deixando a todos nós uma verdadeira lição de vida.

Requeiro que a decisão desta Casa seja comunicada ao filho, empresário Osmar Rachid Zambiam, rogando que Deus conforte a todos por tão irreparável perda.

Sala das Sessões, em 05/08/08.

(a) ANTONIO BELINATI

Apoiamento:

Luiz Claudio Romanelli

REQUERIMENTO Nº 1953

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a anuência do soberano Plenário, seja inserido na ata dos trabalhos

da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. Mafalda Oliveira Rachid, ocorrido em Londrina.

Era uma criatura extraordinária, amada por seus familiares e por todas as pessoas que tiveram o privilégio de desfrutar de sua amizade. Bondosa, meiga, dedicou sua vida a praticar apenas o bem. Sempre foi um ombro amigo, deixando a todos nós uma verdadeira lição de vida.

Requeiro que a decisão desta Casa seja comunicada à filha, Sra. Dib Rachid Zambiam, rogando que Deus conforte a todos por tão irreparável perda.

Sala das Sessões, em 05/08/08.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 1958

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos deste Poder Legislativo, voto de profundo pesar pelo falecimento, no dia 04 de agosto passado, da Sra. Inocência Rodrigues Mendes, mãe do funcionário deste gabinete Parlamentar, Mário Mendes, muito amada e respeitada por seus familiares e amigos.

Requer ainda, que após aprovado, seja enviada cópia do presente requerimento à família enlutada.

Sala das Sessões, em 05/08/08.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 1959

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados votos de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. Arnaldo Vasconcelos, ocorrido no dia 22/07/08, no município de Catanduvas/PR.

Requer ainda, que seja dada ciência à família enlutada, através de sua esposa Ilma Vasconcelos.

Sala das Sessões, em 05/08/08.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

É justo prestar uma última homenagem a uma pessoa importante para Catanduvas. O falecimento do Sr. Arnaldo Vasconcelos abre uma lacuna que com certeza jamais será preenchida. Ficará o seu legado que os seus amigos, e, principalmente, sua esposa Ilma e seus filhos, João Carlos e Maria Aparecida, haverão de dar seqüência.

Amigo de todos, pessoa de fácil relacionamento, era bem quisto pela população. Honesto, cumpria com fervor os seus compromissos e, por isso mesmo, possuía grande credibilidade. Bom pai, deixou um exemplo magnífico de como se conduz uma família.

Seu Arnaldo, sem dúvida, deixa saudade em nossos corações, nos corações de todos que um dia puderam compartilhar da sua amizade. Assim como todos, tam-

bém estou profundamente sensibilizado com a partida. O município de Catanduvas perdeu um verdadeiro guerreiro e um grande empresário. A sua morte deixa uma lacuna que será sentida por todas as pessoas de bem.

Mas a nossa fé cristã nos dá a força para a continuidade da nossa jornada. E é esta mesma fé que nos dá também a certeza de que seu Arnaldo está ao lado de Deus, na morada eterna. De lá, ele está olhando com muito carinho para cada um daqueles que um dia ele amou e continua amando.

Aceitem os nossos sinceros votos de pesar.

REQUERIMENTO Nº 1960

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados votos de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Clóvis Luiz Sardi, ocorrido no dia 05/08/08, no município de Guaraniaçu/PR.

Requer ainda, que seja dada ciência à família enlutada através de sua esposa Ivania Baroni Sardi.

Sala das Sessões, em 05/08/08.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Assim como existe o dia da chegada, há também o momento da partida. Queiramos ou não, esta data é inevitável. Sabemos que dói o coração e que o tempo é o melhor remédio para cicatrizar as feridas. Sabemos que a fé no Pai Criador é a grande terapia que nos auxilia nesta hora de tamanha tristeza.

De toda uma vida, de toda uma jornada, o que deve ficar são as boas lembranças, as boas recordações de uma vida que foi vivida com amor e dedicação à família e aos amigos. O Dr. Clóvis fez história. Uma história honrada, de trabalho e dedicação. Trata-se de um belo exemplo, principalmente nos dias atuais, onde os valores se invertem e não se dá mais tanta ênfase aos aspectos éticos, morais de honradez e honestidade.

Médico, um dos proprietários do Hospital Nossa Senhora de Fátima, soube em vida deixar uma grande marca de honestidade, profissionalismo e caráter. Conseguiu chegar até aqui, coroando de pleno sucesso sua longa caminhada. Sua esposa Ivania e seus dois filhos, Camilo e Maria Eduarda, criados com muito esmero e disciplina, com certeza estão sentindo amargamente a sua ausência.

Dr. Clóvis, sem dúvida, deixa saudade em nossos corações, nos corações de todos que um dia puderam compartilhar da sua amizade, fato do qual tenho muito orgulho. Assim como todos, também estou profundamente sensibilizado com a partida. O sentimento é de tristeza e desânimo. Mais um companheiro que partiu desse mundo.

Mas a nossa fé cristã nos dá a força para a continuidade da nossa jornada. E é esta mesma fé que nos dá também a certeza de que o Dr. Clóvis está ao lado de Deus, na morada eterna. De lá, ele está olhando com

muito amor para cada um daqueles que um dia ele amou e continua amando.

Aceitem os nossos sinceros votos de pesar.

REQUERIMENTO Nº 1961

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa, votos de pesar pelo falecimento do Sr. Toshihiro Sasaya, comerciante aposentado com 89 anos de idade, no último dia 01 de agosto, na cidade de Curitiba. Era filho de Fusataro Sasaya e da Moto Sasaya.

Toshihiro Sasaya, deixa viúva a Sra. Matsuko Sasaya, e os filhos Koiti, Hiroaki, Hirokazu, e Susae. Deixa ainda 12 netos e nove bisnetos.

À família enlutada os sinceros pêsames.

Sala das Sessões, em 05/08/08.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 1962

Senhor Presidente:

Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa, votos de pesar pelo falecimento do Sr. Noboru Ioshisuki, comerciante aposentado com 74 anos de idade, no último dia 04 de julho, na cidade de Curitiba.

Noboru Ioshisuki, deixa viúva a Sra. Toshiko Urano Ioshisuki, e os filhos Alcides Masatoshi, Carmen Ruriko, Sérgio Yuhuji, Renato Hideki, Alberto Yoshinobu, e Ewerton Takashi. Deixa ainda oito netos.

À família enlutada os sinceros pêsames.

Sala das Sessões, em 05/08/08.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 1950

Senhor Presidente:

Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de Goioerê pela comemoração de seus 53 anos, no próximo dia 10/08/08.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Exmo. Sr. Fuad Kfuri, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito, Sr. Jacinto Tiziani Junior, bem como a todos os Srs. Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Goioerê.

Sala das Sessões, em 05/08/08.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Desejando compartilhar da alegria transbordante de toda a população de Goioerê, na significativa data comemorativa aos seus 53 anos, transmitidos a todos nossas sinceras felicitações com votos de sucesso.

A importância do município é indiscutível, tendo dentro do modelo brasileiro as suas competências, e, ao seu encargo, inúmeras atribuições.

O Legislativo exercendo livre e soberanamente suas prerrogativas, cumprindo com seus deveres e representando legitimamente o povo que o escolhe, jamais foi uma dádiva ou doação generosa do poder. Ao contrário, é a conquista dos povos livres e dos municípios pela mobilização. Lograram instituir, preservar e aprimorar aquele que trabalha.

Os Vereadores do município de Goioerê, proporcionam ao Executivo, mais que sua cooperação, sua solidariedade e sua participação, significando esperança para o futuro, trilhando o caminho que levará sempre ao desenvolvimento do município.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, sente-se orgulhoso em parabenizar toda a população de Goioerê, na significativa data da comemoração de seus 53 anos.

REQUERIMENTO Nº 1954

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviado voto de congratulações a Dom Jaime Luiz Coelho, em razão da comemoração do respectivo aniversário de 92 anos, em 26 de julho.

Nascido em Franca, estado de São Paulo, oitavo filho entre 14 irmãos da sua saudosa mãe, Dona Guilhermina.

Dom Jaime faz parte da história do catolicismo do interior do Paraná. Foi nomeado Bispo da Diocese de Maringá pelo Papa Pio XII e chegou em Maringá no dia 24/03/57. Foi ordenado Padre aos 25 anos de idade, na Catedral de São Sebastião de Ribeirão Preto/SP, no dia 07/12/41. Exerceu, por 15 anos, o Sacerdócio nessa Paróquia. Em 03/12/56 recebeu carta do Papa Pio XII elegendo-o 1º Bispo Diocesano da nova Diocese de Maringá, que foi criada em 01/02/56. Foi sagrado Bispo em 20/01/57, na Catedral de Ribeirão Preto.

Em 16/10/79, o Papa João Paulo II criou a Província Eclesiástica de Maringá, desmembrada da Província Eclesiástica de Londrina. Dom Jaime foi o 1º Arcebispo de Maringá.

Sala das Sessões, em 05/08/08.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1964

Senhor Presidente:

Deputado subscritor do presente no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votoS de louvor e congratulações, a Unidade de Saúde São José.

Sala das Sessões, em 05/08/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Unidade de Saúde São José que atende a região do Passaúna e, completou no mês de

junho último, 15 anos, sendo a segunda unidade da rede municipal a funcionar de acordo com a Estratégia de Saúde da Família que combina visitas domiciliares e atendimento ambulatorial.

REQUERIMENTO Nº 1965

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, voto de louvor e congratulações, a ASMOZI - Associação de Moradores das Moradias Zimbros.

Sala das Sessões, em 05/08/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a ASMOZI - Associação de Moradores das Moradias Zimbros pelos atendimentos realizados junto à comunidade, principalmente aos carentes, dando-lhes acesso a educação, esporte e lazer, nos últimos 15 anos, que se completam em setembro próximo.

REQUERIMENTO Nº 1966

Senhor Presidente:

Deputado subscritor do presente no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações, ao Dr. Domingos Martins.

Sala das Sessões, em 05/08/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Dr. Domingos Martins, Presidente do Sindicato das Indústrias de Produtos Avícolas do Estado do Paraná, visto que frente a instituição, vem lutando pelo desenvolvimento sustentável da atividade avícola no Paraná, e na formatação de uma nova legislação ambiental regulamentada do setor.

REQUERIMENTO Nº 1967

Senhor Presidente:

Deputado subscritor do presente no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações, ao Restaurante Galeteria Caxias.

Sala das Sessões, em 05/08/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Restaurante Galeteria Caxias, que teve sua origem em Caxias do Sul/RS.

Após uma pesquisa da família constataram que não havia em Curitiba uma casa especializada em galetto ao primo canto, que é um dos principais pratos servidos pela casa.

REQUERIMENTO Nº 1968

Senhor Presidente:

Deputado subscritor do presente no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações, a Sociedade Árabe Brasileira Beneficente.

Sala das Sessões, em 05/08/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Sociedade Árabe Brasileira Beneficente que, neste mês, completa 60 anos de existência. Sempre contribuindo para o bem-estar da comunidade árabe-brasileira, principalmente aqueles que não tiveram êxitos, mas escolheram o Brasil como sua pátria mãe. Entidade que promove a cultura da cidadania democrática da comunidade Árabe, em busca da paz mundial, nos países das Américas do Sul, Central e do Norte nas quais representa os 22 países árabes.

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 331/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública estadual, a Associação de Moradores e Amigos da Vila Treze de Maio, com sede e foro em Pinhais, estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 05/08/08.

(a) ENIO VERRI

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa declarar de utilidade pública a Associação de Moradores e Amigos da Vila Treze de Maio, com sede na cidade de Pinhais/PR.

A presente entidade tem por objetivos lutar pelos interesses comunitários e proceder as suas defesas; desenvolver trabalhos e atividades de integração cultural, desportivos, recreativos, e de natureza social de modo geral; desenvolver trabalhos de promoção social; organizar debates, encontros, seminários, congressos, objetivando o crescimento do cidadão; incentivar o aperfeiçoamento de mão-de-obra, através de cursos e trabalhos manuais de todas as espécies; reciclagem e ou aproveitamento do lixo, bem como artesanato em geral; promover a autodeterminação do ser humano; desenvolver atividades que venham promover a saúde, a educação, culta e a profissionalização dos associados e demais interessados.

Ante aos exposto, aguardo da parte de meus nobres Pares, a aprovação da presente propositura.

PROJETO DE LEI Nº 332/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituída no calendário oficial do estado a Semana de Educação e Orientação para o Desarmamento Infantil, na segunda semana do mês de outubro.

Art. 2º No período definido no artigo anterior serão realizadas atividades de conscientização para os alunos das escolas do estado.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 05/08/08.

(a) CIDA BORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

Esta lei trata de política voltada a combater a violência. É fato que a violência urbana envolve também as crianças e adolescentes e muitos são utilizados nas guerras entre quadrilhas.

É comum nos noticiários informações sobre jovens em escolas portando armas. As escolas podem exercer papel fundamental nessa luta a favor do desarmamento, razão pela qual se entende fundamental a participação das Secretarias de Educação no trabalho proposto nesta legislação.

Chamar a atenção sobre o problema não basta, é preciso atuar e reduzir os índices de violência envolvendo a comunidade nessa missão.

PROJETO DE LEI Nº 333/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído em caráter oficial, como prato típico artesanal do estado do Paraná, o Barreado.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 05/08/08.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

No folclore do litoral paranaense, o Barreado é símbolo de fartura, festa e alegria. Sua origem, contada de pai para filho, há mais de duzentos anos faz parte da história do estado do Paraná e da influência da miscigenação, particularmente a de filhos de índios com portugueses (mamelucos ou caboclos).

A mistura da carne de peito, toucinho e todos os temperos disponíveis, os quais ficavam para cozinhar por horas e horas em panelas de barro, fez com que com o tempo notassem que a carne secava muito depressa, porque o vapor fugia pela tampa da panela. Resolveram então sapecar uma folha de bananeira, a fim de amolecer, amarrar na boca da panela de barro e, depois de colocada a tampa, a barreavam com um pirão meio mole de farinha de mandioca, cinza e água, o que deu origem ao nome barreado.

Outra história conta que a origem da preparação do barreado se deu com os tropeiros que faziam o caminho de Itupava pela mata atlântica para comercializar erva-mate com o litoral. Como o prato não se deteriorava facil-

mente, podia ser consumido durante toda a viagem de descida ou subida da serra.

O barreado é salientado através dos registros históricos e literários como um prato típico artesanal, genuinamente paranaense, cujos primeiros registros identificados datam do século XVII. Durante mais de século foi consumido apenas por moradores nativos das cidades de Antonina e Morretes. No início dos anos 70, ganhou status e subiu a serra, passando a fazer parte do cardápio de sofisticados restaurantes da capital.

PROJETO DE LEI Nº 334/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Todos os ferros-velhos e similares ou locais que comprem ou vendam cabos de cobre para reciclagem deverão identificar seu vendedor/comprador.

Parágrafo Único. Os ferros-velhos e similares descritos neste artigo deverão preencher um cadastro, no qual deverão constar: nome, endereço, RG e CPF do vendedor/comprador.

Art. 2º O descumprimento desta lei acarretará ao estabelecimento as seguintes penalidades:

I - multa de 10.000 UFIRs;

II - em caso de reincidência, o cancelamento de sua inscrição estadual;

III - apreensão de todo material identificado como cabo de cobre pelo órgão de Segurança Pública ou outro determinado pelo estado.

Art. 3º As fichas deverão ser encaminhadas mensalmente à Secretaria de Estado de Segurança Pública ou ao órgão determinado pelo estado.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 05/08/08.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

O grande número de furtos de cabos de energia e cabos telefônicos de cobre, no estado do Paraná, tem causado enormes transtornos à população e às empresas, que tem que arcar com o custo de reinstalação imediata dos que foram furtados.

Este projeto de lei, tem por objetivo coibir esta prática delituosa que vem ocorrendo em todo o estado e que vem sendo veiculada nos meios de comunicação quase que diariamente.

Os órgãos de segurança podem filtrar estes cadastros para localizar os infratores e, até mesmo, a simples ação de preencher o cadastro pode levar os meliantes a desistir de seu furto por falta de mercado para entrega.

Esperamos contar com o apoio dos nobres Parlamentares com assento nesta Casa, para a aprovação do presente projeto.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado Antonio Anibelli.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, eu queria, em meu nome e da Bancada do PMDB, dizer a esta Casa que ninguém se referiu na Sessão de ontem ao Deputado Mamede - acordei na madrugada e comecei a pensar - falecido durante o recesso parlamentar. Um Deputado de 80 anos, um Líder do nosso partido PMDB, homem que foi por três vezes Prefeito de Cambará, sofrido, não apenas pela vida, pela origem, perdeu a sua esposa teve problemas na sua eleição, foi considerado eleito depois dos resultados, mas era um exemplo de dignidade, de companheirismo e de trabalho. Sempre me referi ao Mamede como o companheiro mais idoso desta Casa. Nós que somos mais velhos, perdemos muito com a morte do Mamede, que deixou um exemplo a toda a classe política, não só ao nosso partido, pela sua fibra, pelo companheirismo ao lado do Governador Requião, do Vice Pessuti, de nós, companheiros, dos Deputados Caíto, Romanelli e Waldyr Pugliesi, que tiveram com ele o privilégio desse convívio. Ontem, fizemos a primeira Sessão e ninguém se referiu a esse acontecimento. Por que será que valemos tão pouco por tudo que fazemos em nossa vida, por tudo que trabalhamos no estado do Paraná, exemplos bons e ruins, nas homenagens de morte se fala apenas coisas boas.

Nós, aqui, que reverenciamos tantas pessoas e datas, tantos companheiros Vereadores com títulos de Cidadão Honorário e Benemérito. Um colega passou em meio de mandato esse ano sofrendo com uma leucemia, morreu internado no Hospital Angelina Caron durante o recesso, porque senão teria sido velado nesta Casa com as honras. O Governador decretou luto oficial, e V. Exa. também, acompanharam o seu enterro.

Falo aqui de coração, Sr. Presidente, V. Exa. sabe que sou emotivo, para que todos reflitamos entre nós. Será que vale à pena? Será que valemos tão pouco? Será que um colega que morre, como o Deputado Thiago Amorim, que foi assassinado e até hoje ninguém provou? Vemos tantos atentados neste país, além fronteiras, no outro mundo. Nos dói não reverenciarmos a morte do companheiro Mamede. Vai ficar o seu exemplo, a saudade e a garra.

Lembro-me que pedi a palavra no final da Sessão, à meia-noite, quando muitos companheiros tinham abandonado o plenário, ido para casa às 11h, à meia-noite e ele sentado nesta cadeira, com o Deputado Teruo, ficou até o fim. Pedimos a ele que se retirasse e ficasse para votar e ele disse: "Não. A minha obrigação é ficar aqui." Estava licenciado o Deputado Jonas, que hoje está efeti-

vado, nosso irmãos e companheiro, representando Cianorte, o representará muito bem. Mas fica o exemplo do Mamede, o seu exemplo, a sua luta, a sua garra e a nossa saudade.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Parabéns Deputado Anibelli. Realmente, o Deputado Mamede nos deixa saudades. E nós que fomos até Cambará para o seu velório, pudemos sentir de perto o carinho e o amor que o povo da sua cidade tinha por ele. De todas as idades, as pessoas choravam ao passar o carro de bombeiros com o corpo. Nós que não tivemos a convivência que muitos de V. Exas. tiveram com ele, mas nos deixa exemplo e saudades. E pode ter certeza, vale a pena sim. Quem foi ao velório do Mamede viu uma cidade inteira paralisada e chorando pelo seu passamento. Naquele momento ainda o Governador emocionado comentava conosco: “Vale a pena.

O Mamede era um homem querido por toda essa gente, de todas as classes sociais, de todas as idades.” Vale a pena sim. E fica aqui em nome da Casa, o seu pronunciamento, Deputado Anibelli que, aliás, é pródigo nessas horas.

A SRA. CIDA BORGHETTI (PP)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Apenas, em nome do Partido Progressista também gostaria de me somar neste momento à família e a toda população de Cambará e do Paraná porque o Deputado Mamede pôde aqui em seu tempo, passar a sua humildade, a sua amizade. Deixou um legado muito grande ao povo do Paraná, ao povo de Cambará, o seu dom de servir ao povo. Era um homem politicamente correto e um ser muito humano e pode aqui passar a mensagem que Deus ensinou, que era servir à população. Fica o nosso registro em nome do Partido Progressista.

Posse de Deputado:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Tendo em vista o pedido de licença do Deputado Felipe Lucas, aprovado na Sessão Plenária de ontem e de acordo com o parágrafo 5º, do artigo 4º, do Regimento Interno, nomeio os Srs. Deputados Geraldo Cartário e Chico Noroeste para acompanharem o Sr. Alysson Wandscheer, a este plenário, para que o mesmo, na qualidade de 1º Suplente, preste o compromisso constitucional e tome posse na vaga existente.

Solicito aos Srs. Deputados, que em pé, recebam nosso nobre colega.

(Deputado Alysson adentra ao plenário)

Seja bem-vindo a esta Casa de Leis e para cumprir o que determina o parágrafo 3º do artigo 4º do nosso

Regimento, solicito que V. Exa., preste o compromisso constitucional.

O SR. ALYSSON WANDSCHEER

(Lê):

“Prometo manter, defender e cumprir a Constituição do Brasil e a Constituição do Estado do Paraná e observar as leis, desempenhando lealmente o mandato que me foi confiado pelo povo paranaense e promover o bem do meu estado.

Assim o prometo”

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Eu o declaro empossado e solicito a V. Exa. que tome assento junto aos seus nobres Pares.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Geraldo Cartário.

Deputado Geraldo Cartário (PDT)

O SR. GERALDO CARTÁRIO

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, aqui estamos nesta Casa do Povo para que, democraticamente, possamos falar desse acontecimento que, sem dúvida, é um acontecimento marcante para a nossa cidade de Fazenda Rio Grande.

Não podemos também deixar de nos manifestar que este acontecimento é importante para o estado do Paraná.

O Deputado Anibelli há poucos segundos atrás prestava uma homenagem ao Deputado Mamede, o Deputado mais idoso desta Casa, e nós nos associamos ao sofrimento do povo de Cambará pela perda do seu líder maior da região que era o Deputado Mamede.

O município da Fazenda Rio Grande como o Paraná sabe, é um dos municípios mais jovens do nosso estado. E hoje a Assembléia recebe um Deputado que junto com Alexandre Curi e o Deputado Carli, são os Deputados mais jovens desta Casa.

Meu amigo Carlos Simões, democracia é isto. Eu vivi o tempo da ARENA e há tempos atrás, há dois anos atrás lá na nossa cidade da Fazenda Rio Grande chegava o Roberto Requião, nosso Governador, apoiando um candidato do PPS, que é o Dr. Alysson que está tomando posse hoje.

Eu não estava preparado para este embate, tão violento, democrático. Não aceitei, porque 30 anos ao lado de Roberto Requião eu não aceitei que ele me substituisse, ou seja, que desse o apoio ao filho do Prefeito em detrimento a este Deputado. Os tempos se passaram, naquele momento me revoltei, sai do partido, do PMDB, porque não aceitei. De lá para cá as coisas vêm acontecendo, o Governador Roberto Requião, por este compro-

misso, passou a investir na Fazenda Rio Grande, milhões e milhões chegaram à Fazenda Rio Grande. Certamente que o Governador previu que a diferença seria mínima e com o apoio de alguns Prefeitos do PPS, que o Prefeito da Fazenda Rio Grande conseguiu, na verdade deve muito da sua eleição à Fazenda Rio Grande.

Hoje, Deputado Traiano, todos sabem nesta casa que eu fui Deputado junto com o Beto Richa, todos sabem da grandeza do pai do Beto Richa quando o Deputado Traiano foi Prefeito, eu também era Prefeito e foi, sem dúvida, o melhor Governador que o Paraná já teve em termos de fortalecer os municípios do estado. E o Prefeito de Mandirituba foi muito beneficiado, e muito com José Richa, ao ponto que a minha administração marcou que até hoje, em todos os anos dessa minha caminhada política, sempre fui o mais votado. Inclusive na última eleição na Fazenda Rio Grande, enfrentando o Governador Requião, eu também fui o mais votado!

Deputado Traiano, neste domingo eu fui convidado, se não fosse não iria, para ir à casa do Prefeito de Curitiba.

Passa a usar o horário da Liderança do PDT

Lá cheguei e, surpreendentemente, ouvi da boca do Prefeito de Curitiba: “Cartário, você me perdoe, mas fui pressionado e tive que ir até à Fazenda Rio Grande”. Fiquei assim, não vou dizer tontado, porque com a minha carreira política de 35 anos, mas Sr. Presidente, com as palavras do Beto Richa em Curitiba, jovem político de grande futuro, e me dizia ele que pressionado teria ele ido à Fazenda Rio Grande. Aí eu fiquei pensando: por que eu briguei com o Requião? Não entendi, passei a não entender mais nada, ou seja, democracia é isso, só pode ser! Democracia é isso, mais de 20 anos amigo do Deputado Rossoni, sempre companheiro e amigo, o respeitei, amigo dos companheiros do PSDB, agora, há poucos minutos atrás, Sr. Presidente, me ligou o pessoal da Fazenda Rio Grande dizendo precisamente o seguinte: “Tem uma gravação com a voz do Beto Richa prometendo o metrô para à Fazenda Rio Grande”. Não entendi mais nada!

Aqui presente, certamente que veio para homenagear o Deputado que lhe apóia, que é o Deputado Alysson que está apoiando o candidato do PT, o professor Leslie, certamente que o Leslie e nós, se permanecer essa proposta do Prefeito de Curitiba do metrô, Leslie, nós temos que estudar. Você desiste da campanha, desistimos, e fazemos uma escritura para a Prefeitura de Curitiba, para que eles assumam o município de Fazenda Rio Grande de fato e de direito. Porque eu, como municipalista, não posso acreditar, ninguém pode me chamar de analfabeto, porque fui 10 anos Vereador, fui Presidente da Associação dos Vereadores do Paraná, fui Prefeito e estou com 20 anos de Deputado. Ninguém pode me chamar de analfabeto, a ponto de querer que acredite que a

Prefeitura de Curitiba tem condições de autonomia para levar o metrô até o outro município. Dessa forma, entendo como propaganda enganosa.

Já tivemos diversas injustiças aqui nesta Casa. Declaramos o afastamento do Prefeito de Matinhos, quando faltava meio por cento que tinha que gastar com Educação. Enquanto o Prefeito de Curitiba, o então Prefeito Cássio Taniguchi, gastou menos de 4% na Educação e não foi afastado.

Esta Casa é a Casa do Povo. Esta é uma Casa para defendermos principalmente o povo que mais precisa do apoio político. Cometemos uma injustiça, certamente que o Presidente Kennedy, lá dos Estados Unidos, há um bom tempo, num dos seus pronunciamentos, falou que o homem mais inteligente do mundo tem os seus momentos de bobeira, parece que se apaga a memória dele.

Se o Prefeito de Curitiba realmente está prometendo o metrô na Fazenda Rio Grande, ele vai ter que prometer em Araucária. A Rosane Ferreira vai ficar feliz em ter o metrô em Araucária, passando pertinho da PETROBRAS, com o ar condicionado, com vidro fumê, para que não haja alguma poluição para o metrô do Beto Richa, em Araucária. Vai precisar também do metrô em Campo Largo.

Então, para não ser hipócrita e nem egoísta, acho, Deputado Tadeu Veneri do PT, V. Exa. tem que ir para à Fazenda Rio Grande também prometer. V. Exa. tem um candidato do PT naquela cidade, tem que ir para lá. Deputado Nelson Justus, V. Exa. tem um candidato do seu partido na Fazenda Rio Grande, está na hora de V. Exa. prometer um aeroporto.

Todos estão convidados a ir à Fazenda Rio Grande e prometer. Será que submarino é melhor para poder trafegar á noite? Alguém pode prometer um submarino. Não tem mar, mas isso se faz facilmente, não é Romanelli?

Sei que o Presidente Kennedy estava certo, o homem mais inteligente do mundo tem os seus momentos de bobeira. Tenho certeza que com o Beto Richa são apenas momentos, segundos, porque pelo seu passado, pelo seu futuro e pela sua família, ele não precisa prometer metrô e nem Armazém da Família em lugar nenhum, porque se o Governador Requião prometer o Armazém da Família, ele chama o Secretário da Indústria e Comércio, chama o Prefeito, firma um convênio e, imediatamente, pode funcionar. Agora, um Prefeito de uma cidade não tem que firmar convênio com o outro. Se tentou, por exemplo, está se tentando lixo.

Deputado Belinati, domingo houve uma carreata na Fazenda Rio Grande. O senhor sabe como está sendo chamada a carreata? A Carreata do Lixo, porque todos sabem que o Aterro da Cachimba está no seu limite, está condenado a não poder receber mais o lixo de Curitiba. Em troca do apoio do Prefeito de Curitiba, Beto Richa, ao candidato que ele lá está apoiando, tem o lixo, mas eu e o Alysson, Deputados da Fazenda Rio Grande, não vamos deixar que o lixo de Curitiba vá para Fazenda Rio Grande. E sabem por quê? Porque a Fazenda Rio Grande

é o menor município de toda a região metropolitana e tem rio para tudo quanto é lado.

Essa carreata foi para que os curitibanos que ali estavam, mais de 100 carros de Curitiba com som, com alto-falante, foi para que eles conhecessem o futuro depósito do lixo de Curitiba e nós não aceitamos. O Prefeito de Curitiba sabe que nós brigamos e não aceitamos. Tenho criticado o pai do Alysson, que é o Prefeito de Fazenda Rio Grande, porque não aceitamos o lixo em Fazenda Rio Grande e vamos continuar não aceitando.

Concedo um aparte ao Deputado Antonio Belinati.

O Sr. Antonio Belinati (PP)

Aproveito o pronunciamento de V. Exa. para lembrar que ainda ontem à noite encontrei com o médico Dr. Milton Sciapina, que trabalha na Fazenda Rio Grande e ontem ele me cobrou de novo um apoio desta Casa para se fazer com urgência a segunda pista, uma nova pista ligando Curitiba à Fazenda Rio Grande, porque essa rodovia é um corredor da morte. Em dia de chuva, à noite, com neblina, em qualquer momento, seja de manhã, à tarde, à noite ou de madrugada, há um tráfego bastante intenso.

Então, quero me associar a V. Exa, que é um grande guerreiro, no sentido de sensibilizar as autoridades para que as obras sejam executadas em favor da melhoria da qualidade de vida do povo de Fazenda Rio Grande. Quero, então, pegar uma carona no seu pronunciamento, muito oportuno, e lembrar as nossas autoridades. Será que elas vão esperar morrer mais gente? Enquanto não vem metrô, que é uma obra caríssima, de bilhões, que façam essa segunda pista, que é uma obra feijão com arroz, mas de grande utilidade para o escoamento do tráfego e também para poupar vidas.

O SR. GERALDO CARTÁRIO (PDT)

Queria agradecer o aparte de V. Exa.

Queria dizer que a Fazenda Rio Grande é um município novo, um município que foi criado por nós, pelo pai do Deputado Alysson e outros companheiros. Quero cumprimentar a família Wandscheer e dar os meus parabéns ao Alysson, que foi Vereador, é advogado, é Secretário de Obras, tem uma vasta experiência e certamente vem enriquecer esta Casa. Cumprimentar a sua família, sua esposa, sua mãe aqui presente, o seu pai que está ausente, mas certamente está feliz, como certamente está feliz todo o povo de Fazenda Rio Grande em ter mais um Deputado. Fazenda Rio Grande, hoje, é o município mais novo do Brasil a ter dois Deputados Estaduais.

Não existe um município tão novo com dois Deputados Estaduais da mesma cidade, como é o caso hoje do Alysson e do Cartário, representando a Fazenda Rio Grande. É uma alegria muito grande! Quando criamos o município de Fazenda, não esperávamos que tão rapidamente acontecesse esse fenômeno. Colombo tem dois Deputados aqui, mas tem

mais de 100 anos e estamos ainda na menor idade, pois sequer chegamos aos 18 anos.

Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Valdir Rossoni.

Deputado Valdir Rossoni (PSDB)

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Deputada, meu caro amigo Deputado Cartário.

Pelo respeito que dediquei, ao longo da minha vida pública, a V. Exa. porque fomos Prefeitos juntos, poderia aqui citar em mil novecentos e antigamente, há muito tempo. Disputamos muitas eleições, algumas de companheiro, algumas de adversário, mas V. Exa. pode ter certeza absoluta, que nunca ouviu uma palavra da boca deste cidadão comum, humilde, que não pertence a uma grande cidade como a Fazenda Rio Grande, é um município menor, mas represento com muito orgulho, V. Exa. nunca ouvi deste cidadão uma palavra que desabone sua honra.

Se alguma vez fiz algum comentário sobre V. Exa., foi elogiar o homem público que conheci, aqui, há mais de 20 anos. Dediquei respeito e quero dizer a V. Exa., com toda tranqüilidade que um homem público deve ter no momento dos atritos e das divergências, que se V. Exa não ficou satisfeito com a minha ida à Fazenda Rio Grande, eu não fiquei satisfeito com V. Exa. depois da minha ida à Fazenda Rio Grande, porque V. Exa. teria toda liberdade de chegar no Deputado Rossoni, pela amizade que mantivemos até domingo, e fazer a mim as críticas que V. Exa. desejava, mas não falar os impropérios que V. Exa. dedicou a minha pessoa. Acredito que foi num momento de nervosismo. Pela amizade que tenho e pelo respeito que tenho a V. Exa., aceito as críticas que V. Exa. fez porque é natural da política. Não aceito o que V. Exa. falou do meu caráter, da minha honra e da minha pessoa.

Fui à Fazenda Rio Grande como irei a São José dos Pinhais, como irei a Mandirituba, como irei a Pato Branco, como irei a Francisco Beltrão, como irei a Ponta Grossa, como fui a Campo Mourão, a Foz do Iguaçu e onde honrosamente estou sendo convidado. Aonde irei é porque fui convidado. Exerço, hoje, a função de Presidente de um partido, honrosamente, e tenho a obrigação de apoiar os companheiros do PSDB, mas isso não muda a amizade e o respeito que tenho e continuarei tendo pelo Deputado Cartário. Que isso fique claro. Faço um desafio a um paranaense, se algum dia este Deputado fez um comentário que desabonasse a honra do Deputado Cartário. Agora, entre desabonar a honra e limitar a minha atividade política partidária, aí está muito distante.

Como Parlamentar, como Presidente do PSDB, estarei no Paraná junto com os companheiros do PSDB, porque a cada dia que passa os partidos terão mais valor.

Com o advento da fidelidade, os partidos terão maior valor e quem não construir partido, certamente, no futuro, e V. Exa, hoje - eu me sinto honrado - está no PDT e acho que fez uma grande escolha, mas V. Exa. sabe que recebeu o convite do Presidente do PSDB e do Prefeito Beto Richa, porque temos respeito por V. Exa., mas por questões locais não houve a possibilidade de V. Exa. vir para o PSDB, mas se fosse pelo Deputado Rossoni, e se fosse pelo Prefeito Beto Richa V. Exa. estaria no PSDB. Mas V. Exa. tomou a decisão e está num grande partido, respeitado, disputamos as eleições aliados com o PDT, perdemos as eleições com 10 mil votos, mas perdemos honrosamente.

Deputado Cartário, se V. Exa. recebeu uma gravação mande gravar novamente o discurso do Prefeito Beto Richa. O Prefeito Beto Richa, no seu pronunciamento, porque eu estava do seu lado, eu fui um dos convidados, e o Deputado Chico Bühner estava junto, o Prefeito Beto Richa disse o seguinte: "Existe um projeto do metrô que irá até as proximidades da Fazenda Rio Grande, e que nós temos que lutar para que se estenda até à Fazenda Rio Grande, como será bom estender até a Araucária, será bom estender até São José dos Pinhais." E aí o Prefeito Beto Richa fez comentários de programas que ele implantou em Curitiba como natural, qualquer cidadão, se o Governador Roberto Requião estivesse na Fazenda Rio Grande fazendo um pronunciamento certamente ele iria contar o que está fazendo no Paraná, quais os programas que ele está implantando no Paraná.

Passa a usar o horário da Liderança do PSDB

Meu caro Cartário, com a sua experiência, com a liderança que V. Exa. exerce, não apenas na Fazenda Rio Grande, eu acho que V. Exa. está dando uma dimensão para o acontecimento e não respeitando um fato que hoje é preponderante, se nós tivéssemos ido à Fazenda Rio Grande e feito comentário que desmerecesse, que fosse contra a sua honra, mas em nenhum momento, todos nós sabemos a liderança que V. Exa. exerce na Fazenda Rio Grande.

Mantivemos, e é próprio do Prefeito Beto Richa, o Prefeito Beto Richa que trata, imaginem companheiros, ele trata os adversários com respeito, ele trata os seus oponentes com respeito. Então, em nenhum momento ele foi prometer metrô, ele foi prometer o que mandaram gravado para V. Exa. O que o Prefeito Beto Richa foi lá, foi apoiar um companheiro do PSDB, falou que gostaria muito que ele fosse Prefeito, e nós temos uma ação partidária, como certamente o Senador da República Osmar Dias deve ir lá apoiar V. Exa., pois V. Exa. está no PDT. E quero dizer, que até conversei com o Senador, e encaro isso com naturalidade, porque nós vamos nos encontrar em palanques opostos em muitos municípios do Paraná.

Eu encerro aqui, lamento Deputado Cartário, quero dizer a V. Exa. o seguinte: continuo mantendo o mesmo

respeito por V. Exa., admiração e continuarei nesse trabalho, Presidente do PSDB honrosamente, junto com os companheiros do PSDB, mas sabemos a importância que tem os partidos aliados para esse projeto que estamos procurando construir no Paraná.

O Sr. Reni Pereira (PSB)

V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Quero me somar com V. Exa., até no respeito que toda essa Casa devota ao Deputado Cartário, e não posso também me calar, principalmente quando deixa transparecer que poderia ter ocorrido uma demagogia nesse pronunciamento do Prefeito Beto Richa. Acho que realmente convênio não pode um município celebrar com outro, mas parceria pode existir, ainda mais como V. Exa. coloca entre aliados. E existindo a vontade política eu acho que as boas ações elas têm que se proliferar pelo estado do Paraná. E esse modelo de algumas soluções que estão sendo desenvolvidos em Curitiba, esse modelo não é um modelo egoísta que é simplesmente para fazer um projeto de uma pessoa, é um projeto de uma cidade e que quiçá esse modelo, sirva de exemplo para tantas outras cidades do Paraná e do Brasil que já estão se esmerando no exemplo de Curitiba.

Então, só para deixar bem claro que convênio não pode existir entre dois municípios, mas parceria pode existir até em municípios de países diferentes.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Muito obrigado.

Concedo um aparte ao Deputado Geraldo Cartário.

O Sr. Geraldo Cartário (PDT)

Agradeço o aparte. Primeiro, certamente, que o Deputado Reni Pereira passou despercebida a posse de um de seus contrerrêneos, visto que o Alysson é de Foz do Iguaçu, parece que ele com o intuito de defender o projeto da parceria, mas ele ainda, certamente, que está feliz em receber um jovem de Foz do Iguaçu como Deputado.

Deputado Rossoni, talvez eu não tenha sido bem objetivo, me deram informações de que V. Exa. teria se dirigido não à minha pessoa, mas à pessoa da minha filha. Isso é doído. Aí, imediatamente, eu procurei a fita do que aconteceu lá. Já estou com ela em mãos. E, realmente, V. Exa. não se dirigiu nem a mim nem a minha família. O que eu estranhei é que eu o conheço há tantos anos e estranhei que V. Exa. se dirigisse a uma mulher, fosse ela minha filha...

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

V. Exa. já ouviu a fita?

O Sr. Geraldo Cartário (PDT)

Já.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Tem certeza do que está falando?

O Sr. Geraldo Cartário (PDT)

Tenho.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Então, V. Exa. deve ter recebido uma fita emendada.

O Sr. Geraldo Cartário (PDT)

Não. O que estou falando é que V. Exa. não dirigiu à minha pessoa e nem à minha filha, é isso. Parece que V. Exa. não está querendo entender, o que eu falei e todo mundo ouviu aqui é que a fita que eu ouvi V. Exa. não se refere, por isso eu não fui falar pessoalmente com V. Exa. Então, não houve necessidade de discutirmos o assunto porque V. Exa. é inocente da acusação que lhe fizeram e que veio para mim.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Obrigado.

O Sr. Geraldo Cartário (PDT)

Agora, outro fator que nós queremos deixar bem patenteado é que eu disse o seguinte: depois do episódio do Requião, que eu sai do partido, me revoltei, sai do PMDB, só falei matá-lo. O fato se repetiu com a presença de V. Exa. e do Beto Richa que são meus amigos, como o Requião sempre o foi, e foram lá na Fazenda Rio Grande. A culpa é do Deputado Aníbal Khury que criou o município junto comigo, porque se não tivéssemos criado o município, eu, o pai do Alysson, o Chico Claudino, se não tivéssemos criado o município, e eu talvez por egoísmo falei isso na tribuna, encarei a Fazenda Rio Grande como se fosse propriedade minha, talvez seja esse o meu erro. Mas deixei claro aqui que todo mundo pode abrir o espaço, ir para lá, o Chico Bühner pode prometer navio, avião, o outro metrô, o outro não sei o quê, estou satisfeito. Olha, eu quero, inclusive, dizer o seguinte através da pessoa do Beto Richa e de V. Exa., Deputado Valdir Rossoni, que sempre fomos amigos, eu acabei perdendo o Requião.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Deputado Cartário, acho que com a sua experiência, se em cada eleição V. Exa. perdoar alguém, vai ficar perdendo o resto da vida porque sempre haverá divergências. Se eleição fosse em convento de freiras, aí não haveria disputa nem divergência. Mas, estamos em disputa eleitoral, se mantermos o princípio do respeito, eu acho que há como nós termos uma convivência salutar em benefício da população travando um acirrado debate aqui, mas dentro do respeito.

Então, até quero dizer que se fosse pela última eleição, V. Exa. brigou com o Requião por causa da última eleição, se eu fosse pela última eleição eu teria

que estar com a sua filha, Tuca, lá na Fazenda Rio Grande porque ela pegou a bandeira do Osmar Dias, no segundo turno, e esteve em todas as reuniões conosco.

Tenho admiração pela sua filha, Deputado Cartário, o mesmo respeito que nutro por V. Exa. Agora, o que V. Exa. tem que separar é que estamos no exercício político e a obrigação partidária, não tem como fugir disso, Deputado Cartário.

Então, V. Exa. acredito sinceramente que não há motivo, e V. Exa. sabe que merece o nosso respeito e que continuará merecendo meu respeito e principalmente do Prefeito Beto Richa, que é próprio do caráter dele, um homem pacífico, tranquilo, e tenho admiração por V. Exa. porque o recebeu domingo à noite na sua casa.

Concedo um aparte ao Deputado Francisco Bühner.

O Sr. Francisco Bühner (PSDB)

Nosso Deputado, Líder da Oposição, quero deixar bem claro que o Deputado Beto falou da grande integração do transporte coletivo. Nós que vivemos na região metropolitana, tanto em São José dos Pinhais, Colombo, Fazenda Rio Grande - ele vai fazer uma estação. O futuro projeto vai ter a estação próxima. Como também se tiver uma estação próxima de São José, que seria do Boqueirão, vai atender muito as pessoas de São José dos Pinhais. E assim é próximo de Colombo. Se não fizermos uma região metropolitana, Curitiba, não tiver uma grande integração, como é que será? Será o caos.

Na época do Jaime Lerner, ele foi contra o candidato que apoiávamos em São José dos Pinhais. O Governador Roberto Requião tinha um candidato ao Governo do PMDB, mesmo sendo da sua base, ele apoiou o candidato do PMDB nas eleições passadas. É assim o processo normal político. Se o Beto Richa que é a grande Liderança do PSDB do estado do Paraná não puder apoiar um companheiro, que sempre esteve do seu lado no dia-a-dia no PSDB, como fica a questão partidária? Ou fazemos o que existe hoje que é a reforma partidária dos partidos, a fidelidade partidária. Se as lideranças maiores não puderem estar juntos, com os seus companheiros nos seus partidos do município, não tem porque ter a fidelidade partidária.

Não é que seja contra o Deputado Cartário, que é um grande Líder na região hoje na grande região metropolitana e, principalmente, na Fazenda Rio Grande. O Beto tem que apoiar aqueles que sempre tiveram do seu lado. É lógico e evidente que às vezes agrada um ou outro. Mas infelizmente na vida política nem sempre podemos agradar a todos.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Agradeço o aparte do Deputado.

Quero cumprimentar o Deputado Alysson do PPS, que assume essa cadeira. Seja bem-vindo e saudado pelo PSDB. Sinta-se saudado pela Bancada de Oposição. Esperamos desenvolver aqui um bom trabalho.

Apenas para lembrar e relembra que eu já era Deputado e quando o Cartário travou aquela grande luta para emancipar a Fazenda Rio Grande contou com o meu voto de aprovação desta Casa. Isso demonstra que também tenho legitimidade como paranaense.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Luiz Claudio Romanelli**)

Próximo orador inscrito, Deputado que representa os Democratas nesta Casa, Plauto Miró Guimarães.

Deputado Plauto Miró (DEM)

O SR. PLAUTO MIRÓ

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Hoje é um dia que vai marcar a história do município de Ponta Grossa, pois o Governador, no dia de hoje, oficialmente anuncia a devolução do curso de Medicina para a Universidade Estadual de Ponta Grossa. Vou relembra a todos vocês o histórico da implantação deste curso na Universidade Estadual de Ponta Grossa.

No ano de 2001 o Governador do Paraná, Jaime Lerner, depois de uma mobilização política feita na cidade de Ponta Grossa, a pedido, e o trabalho feito por nós, autorizou a implantação do curso de Medicina naquela universidade. Curso esse que foi criado na década de 60 pelo ex-Governador Paulo Pimentel e implantado apenas agora no ano de 2001. Em conjunto com o Governador do Estado autorizou a Universidade Estadual de Ponta Grossa a criar uma comissão com professores, para que ela pudesse autorizar a viabilidade do curso de Medicina naquela universidade. Foi criada, professores, doutores, pessoas qualificadas para poderem estudar a implantação desse curso naquela universidade. Depois de um prazo essa comissão dá um sinal verde para que a implantação pudesse ser feita, dizendo que a universidade estadual tinha condição, sim, de ter esse curso em funcionamento.

Em julho de 2002 vimos o vestibular acontecer, e por sinal, um vestibular que teve mais de 100 candidatos por vaga. Um dos vestibulares mais concorridos do Brasil foi o vestibular de Medicina da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Em conjunto, o ex-Governador autorizou a construção do bloco de Medicina, a contratação dos professores para lecionarem esse curso e também a compra de equipamentos para o laboratório que lá existe, para que pudesse ficar preparado e os alunos pudessem estudar.

Vestibular feito, professores contratados, bloco de Medicina em construção, os alunos, em fevereiro de 2003, entram em sala de aula e começam a receber as aulas dos professores contratados. O que acontece? Três meses depois o Governador Roberto Requião, por retaliação política ao ex-Governador e ao Deputado Plauto na cidade de Ponta Grossa, cancela, fecha o curso de Medicina. E naturalmente, utilizou representantes de entidades, dos médicos, para que elas se posicionassem e

viesses a público, nos fortes meios de comunicação do Paraná, dizer que eles eram contrários à implantação de mais cursos de Medicina no Brasil e também esse curso da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Isso ficou claro porque publicamente esses representantes das entidades se posicionaram contrários à implantação desse curso. E o Roberto Requião, Governador, dizia que o ex-Governador Jaime Lerner tinha feito um estelionato eleitoral, porque anunciou esse curso um ano antes das eleições, que foi no ano de 2001. E bateu nesses dois caminhos, o estelionato eleitoral e a outra questão é que o Governador tinha aproveitado desse curso, num momento eleitoral, e naturalmente defendendo as entidades representativas que se posicionaram contrariamente à implantação desse curso.

Muito bem. O que aconteceu depois disso? A cidade de Ponta Grossa mobilizou-se, contrários à atitude que o Governador Requião tomou, fazendo que os alunos que já estavam em salas de aula fossem transferidos para outras cidades, para outras universidades, como Londrina, Maringá e Cascavel.

Passa a usar o horário da Liderança do DEM

O tempo passou, a população mobilizada, veio a eleição de 2006. O Roberto Requião saiu candidato à reeleição. Ponta Grossa, maciçamente impôs uma derrota para o Requião dando 62% dos votos para o Osmar Dias e ao Governador Roberto Requião 34% dos votos. Esse foi o resultado das urnas da cidade de Ponta Grossa.

O tempo passou e o Governador, no dia de hoje, anuncia a devolução do curso de Medicina para a nossa Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Agora, pasmem, Sr. Presidente e Srs. Deputados, ele está devolvendo o curso de Medicina no dia de hoje, oficialmente, marcando vestibular para julho do ano que vem e os alunos vão estar em sala de aula no ano 2010, no ano eleitoral, no ano em que o Governador Roberto Requião vai disputar uma vaga de Senado, Deputado Elio Rusch, Deputado Nelson Justus, e, naturalmente, tudo aquilo que ele falou de estelionato eleitoral, podemos analisar, nos aprofundar agora da forma como ele vem devolvendo este curso para a nossa cidade.

Bom, muito bom. Bom que os alunos vão poder fazer Medicina lá na UEPG, lá na universidade. Ruim, ruim porque perdemos praticamente seis anos que este curso ficou fechado e poderíamos ter no dia de hoje lá naquele município, lá naquela universidade, médicos sendo formados e naturalmente podendo estar atendendo à população do estado do Paraná e da nossa, cidade de Ponta Grossa, que tanto clamam por mais médicos nas unidades de saúde. Este o histórico do curso de Medicina da nossa Universidade Estadual de Ponta Grossa.

E queria deixar aqui registrado no dia de hoje, como o dia em que o Governador do Estado do Paraná devolve o curso de Medicina para aquela universidade. E

aqui quero deixar gravado, Deputado Marcelo Rangel, que o curso de Medicina o povo de Ponta Grossa e o Plauto tinham razão e no dia de hoje o Governador devolve o que tirou há seis anos atrás.

O Sr. Marcelo Rangel (PPS)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Primeiro quero parabenizá-lo, parabenizar o seu pronunciamento. O senhor está extremamente correto. Mas antes de entrar no mérito e de parabenizar também os demais Parlamentares da região de Ponta Grossa por esta conquista, parece-me que ouvimos aqui na Assembléia Legislativa uma grande mentira, porque foi dito aqui no Plenário que o vestibular do curso de Medicina sairia agora, ainda neste ano. Tudo bem. O vestibular vai acontecer no ano que vem. O curso vai se restabelecer e isso se deve a representatividade parlamentar da região dos campos gerais e eu parabenizo mais uma vez V. Exa., Deputado Plauto Miró, por esta sua batalha. Parabenizo o Deputado Péricles e o Deputado Jocelito e me incluo também neste trabalho, porque me recorro plenamente do meu primeiro discurso aqui na Assembléia Legislativa, ainda por inexperiência por ser o primeiro mandato, com muito nervosismo, eu clamei pela volta do curso de Medicina e pelas UTI's pediátricas - as UTI's já estão em Ponta Grossa - e agora está voltado o curso de Medicina à cidade de Ponta Grossa.

E também parabenizo a sociedade organizada, o povo que se mobilizou na cidade de Ponta Grossa e também os meios de comunicação. Isto, na verdade, demonstra que temos muito poder aqui na Assembléia Legislativa, que o nosso trabalho, mesmo na Oposição, Deputado Plauto Miró, está surtindo efeitos. Conseguimos dobrar o Governador. O Governador, por muitas e muitas vezes, falou publicamente que não tinha intenção de fazer com que o curso de Medicina retornasse a Ponta Grossa. Nós assumimos este compromisso de trabalhar e cobrar aqui na Assembléia Legislativa e hoje temos uma notícia, que não é do Poder Executivo, é uma notícia alvissareira que veio da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná e mais uma vez eu me dirijo a V. Exa. como batalhador, como guerreiro e o senhor está de parabéns, assim como todos os Deputados, os quatro Deputados da cidade de Ponta Grossa.

O SR. PLAUTO MIRÓ (DEM)

Obrigado, Deputado Marcelo Rangel. Quero aqui salientar, não posso deixar de falar, que no momento que este curso teve o sinal negativo do Governador do Estado, que ele fechou o curso, os Deputados de Ponta Grossa, todos, estiveram numa grande mobilização, cobrando do Governador do Estado a devolução desse curso. Eu não posso deixar de falar no Deputado Jocelito Canto que esteve junto com as Lideranças de Ponta Grossa, com a nossa pessoa, com os Deputados da época, e, depois novos representantes da nossa cidade chegaram a esta

Casa e naturalmente todos eles, o Deputado Péricles, Deputado Marcelo, e também o Deputado Jocelito Canto fizeram uma pressão e um trabalho, cada um no seu estilo e do seu jeito, e tudo isto fez com que nós pudéssemos alcançar esse anúncio importante no dia de hoje que a nossa Universidade está recebendo de volta este curso que tanto precisa e tão esperado por toda aquela cidade e por toda a população.

O Sr. Luiz Eduardo Cheida (PMDB)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado Plauto, eu não quero fazer uma análise do ponto de vista político dessa questão, até acho que tanto o Deputado Marcelo ou V. Exa. precisam chegar a um acordo sobre essa questão. Ou o Governador foi dobrado, ou se curvou aos argumentos aqui da Assembléia, ou ele decidiu restituir o curso. Acho que nem uma coisa, nem outra. O Governador foi convencido pelo próprio tempo e pela importância de Ponta Grossa da presença do curso de Medicina lá. Mas eu queria aproveitar sua intervenção nesse sentido, Deputado Plauto, e dizer o seguinte: é claro que para qualquer cidade do Brasil ter uma faculdade de Medicina é um status, é uma marca e é possível fazer até todo um merchandising sobre a cidade. Agora, está de parabéns Ponta Grossa, eu apóio e acho que todos devemos aplaudir.

Mas no Brasil a situação está preocupante, temos 175 faculdades de Medicina; com a de Ponta Grossa, 176. A China, que é maior que o Brasil, tem 105; os Estados Unidos, que é maior e com um resultado dentro do campo maior, tem 125. Agora, dessas faculdades todas, 176, 70% estão na região sul e sudeste. Alguma coisa está errada! O país precisa redistribuir as suas escolas de Medicina, sob pena de estarmos daqui a pouco como estão as faculdades de Direito, formando advogados aos trancos e barrancos, um monte que estão aí perdidos, sem emprego, sem perspectivas ocupacionais e isto é uma coisa indesejável, eu acho. O Paraná, só o Paraná tem sete escolas de Medicina. É muito para um estado de 10 milhões de habitantes!

Claro, gostaríamos que cada cidade pudesse ser aquinhoadas. Agora, pensando racionalmente, é uma situação bastante preocupante! A qualidade do ensino cai, o profissional cai junto e quem paga a conta acaba sendo o doente.

Fiz a intervenção aproveitando a sua falta. Está de parabéns V. Exa., os Deputados que lutaram, Ponta Grossa, e sem dúvida alguma o Governador Roberto Requião.

O SR. PLAUTO MIRÓ (DEM)

Agradeço, Deputado Cheida. Seus posicionamentos sempre têm muito equilíbrio e fazem o debate desta Casa crescer. Naturalmente essa sua posição traz estes números que as entidades representativas em 2003 traziam e o Governador da época acabou recebendo essa

linha de posicionamento das entidades e naturalmente, em cima disso, pegou como motivo para encerrar o curso no ano de 2003. Mas o tempo passou e hoje estamos vendo aí, oficialmente, o Governador anunciar. Bom para Ponta Grossa? Bom! Bom para a universidade? Bom! Pena que perdemos aí quase seis anos que poderíamos ter lá no nosso município esse curso funcionando, acadêmicos trabalhando nas unidades de saúde, porque lá o curso forma o médico da família e obrigatoriamente eles têm que trabalhar nas unidades de saúde do município e com isso seriam mais profissionais da Saúde atendendo a população do município de Ponta Grossa.

Agradeço, Sr. Presidente, demais Deputados e, naturalmente, veremos, a partir de 2010, os alunos em sala de aula novamente e o curso de Medicina retornando à nossa Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

No Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Stephanes Júnior.

Deputado Stephanes Júnior (PMDB)

O SR. STEPHANES JÚNIOR

Presidente Nelson Justus, Deputadas e Deputados, senhoras e senhores.

Ontem não estava presente porque estive representando esta Assembléia Legislativa numa reunião da União Parlamentar do MERCOSUL, na cidade de Florianópolis. Por isso, até peço que justifique a minha ausência.

Quero parabenizar o Governador Roberto Requião, os Deputados Plauto, Péricles, Marcelo Rangel e Jocelito Canto, porque a Faculdade de Medicina é fundamental na cidade de Ponta Grossa. Acho que tem demanda, é necessária e tenho certeza que vai arrumar grandes profissionais para o Paraná e para o Brasil.

Quero abordar um tema que se refere mais ao Brasil como um todo. É o pronunciamento do Ministro Tarso Genro, quando ele comunicou que as pessoas quando cometeram torturas, militares, deveriam ser julgadas como crime comum e que a Lei de Anistia, de 1979, deveria ser refeita. Não tinha nascido em 1964, quando os militares assumiram o poder, durante o período que eles tiveram lá, era uma criança. Mas, tenho um ditado que utilizo e que ele deveria utilizar também: "O exemplo tem que vir de casa". Então, que o Ministro procurasse aquelas pessoas que eram assaltantes de bancos, que seqüestravam pessoas, que mataram pessoas e que hoje estão no PT. Porque boa parte dos militantes daquelas vanguardas revolucionárias, dos Palmares, não sei daonde, são todos integrantes do partido. Se a Lei de Anistia hoje os beneficiou, como beneficiou os militares, na hora que ele quer punir os militares, o exemplo tem que vir de casa. Puna os militantes que estão no PT. Porque assaltante de banco tem no Governo, seqüestrados.

Há muitos exemplos de pessoas, o Embaixador dos Estados Unidos foi seqüestrado por militantes que são hoje do PT. Os recursos, é assim que nem as FARC, assaltavam para pegar recurso.

Então acho que o exemplo tem que vir de casa, ou faça o que eu digo e não faça o que eu faço. Não pode ser outro ditado que se use.

De qualquer maneira acho que o Ministério da Justiça tem muitos problemas importantes para tratar, a Polícia Federal que faz um bom trabalho para o Brasil, a questão dos presídios, tantas vezes que tem que ser atualizadas, novas propostas. Esse assunto deveria ficar em segundo plano. Mas, se o Ministro quer trazer esse tema à baila, o exemplo tem que vir de casa.

Tenho aqui uma revista da Veja deste ano, tem um exemplo, de alguém, o Sr. Giógenes de Oliveira, filiado ao PT, que era da vanguarda popular revolucionária. Esse senhor explodiu uma bomba e deixou um rapaz de 22 anos na época, Sargento, sem a perna. Ele até recebeu uma indenização de R\$ 400 mil, por esse trabalho e também uma pensão agora de R\$ 1 mil e 600 por mês, enquanto o militar se aposentou há quatro anos e recebe 500 pelo INSS.

Mas, esse tipo de atitude punir torturadores, puna também seqüestradores, pessoas que mataram, que mutilaram pessoas.

O exemplo tem que vir de casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito no Pequeno Expediente, o Deputado Enio Verri.

Deputado Enio Verri (PT)

O SR. ENIO VERRI

Sr. Presidente, caros Deputados e Deputadas, de maneira rápida vou tentar diminuir o meu tempo em dois pontos, o primeiro sobre partidos políticos e fidelidade partidária e compromisso social. Quando se fala das mudanças que esse país tem atingido, o avanço da democracia, fala-se na luta dos Partidos dos Trabalhadores.

Sou muito jovem nasci em 1961, mas durante o período da ditadura militar, ditadura essa que matava os trabalhadores, ditadura essa que causava fome, a miséria, ditadura essa que entregou o nosso país nas mãos desse capital internacional, que condenou o nosso país ao atraso e ao subdesenvolvimento, jovens que sonhavam com uma sociedade mais justa, fraterna e igualitária e que foram para a luta para tentar fazer essa mudança.

O PT foi fundado em 1981 com muita gente que participou desse processo, mas quero lembrar que dentro do PMDB - partido que nós também compomos uma aliança e somos base do Governo - estão presentes pessoas como o Governador Roberto Requião, que se elegeu em cima de ocupação de terra - a primeira vez que ele se ele-

geu foi em cima de invasão da área urbana - lutas que acho muito justas.

Fico surpreso que pessoas desse partido que respeito. Presidente Waldyr, e tenho muito respeito por você e outras lideranças que também têm uma história na construção da Esquerda deste país, do nosso estado, mas fico pensando como é que funciona a fidelidade partidária, como fica a ética quando o filiado de um partido se posiciona contra isso ou, o que é pior, critica a prática do próprio partido. Espero que a nossa sociedade mude e mude para que de fato não tenhamos posições tão envergonhadas como essa, de ter vergonha de ser a favor do povo, ter vergonha de defender os mais pobres e aqueles que sempre sofreram nesses últimos 500 anos em que a elite dominou este país.

Mas, hoje quero falar de boas notícias e não poderia deixar de fazer uma avaliação sobre um anúncio do Governo Estadual. Como Secretário de Estado sempre disse, sempre afirmei, em conjunto com o Governo Requião, que a Educação é que faz a grande mudança na sociedade, mas a educação pública, gratuita e voltada aos mais pobres. Dizer para vocês que o que ele anunciou hoje é um grande marco na mudança deste estado. Claro que já vem investigando muito na Educação deste estado, como a mudança na Constituição, que contou com o apoio desta Casa, mudando para 30% de investimento em Educação, mas hoje o anúncio de um aumento real de 10% nos salários dos professores do ensino básico daqui do Paraná, enviar para esta Casa uma alteração de quadro de carreira dos trabalhadores da Educação, criar 12 escolas nas principais regiões mais pobres deste estado, fazer 100 escolas municipais em parceria com os municípios mais pobres, 600 quadras cobertas e, em especial, uma política que defendemos ardorosamente, criar o contraturno ou a escola integral.

Anúncios como esse que foi feito hoje pelo Governador Requião servem para mostrar o compromisso com os mais pobres, mostrar o compromisso com a mudança da sociedade e deixam-me muito orgulhoso de ter sido Secretário de Estado do Planejamento deste Governo, deixam-me muito orgulhoso em defendê-lo e entender que o meu partido é base de apoio de um Governo como esse, que tem orgulho de apoiar os pobres e aqueles que lutam pela mudança dessa nossa sociedade.

Quero também destacar a questão do quadro de carreira dos docentes no ensino superior do Paraná. Sou professor de Economia da UEM e era um grande sonho nosso a readequação da carreira e hoje também foi anunciada a readequação da nossa carreira, o pagamento dessa diferença e passamos a gozar de muito mais respeito e passamos a ter salários mais dignos em comparação com as próprias universidades federais do nosso país.

Portanto, Sr. Presidente, caros Deputados, é um momento muito importante da história deste estado em termos de mudança, de avanço das conquistas sociais. Mas antes disso, antes de qualquer coisa, de respeito àquele povo que luta para mudar a sociedade e que não

tem vergonha da sua origem e não tem vergonha do seu partido, não trai o seu partido, que assume o que é e luta pelas mudanças.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Luiz Nishimori.

Deputado Luiz Nishimori (PSDB)

O SR. LUIZ NISHIMORI

(**Lê**):

“Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

Ocupo a tribuna desta Casa para fazer dois registros importantes e merecidos: o primeiro registra a passagem do Dia do Agricultor, comemorado no último dia 28 de julho e o Dia do Colono, comemorado no dia 25 de julho. São datas distintas para pessoas que exercem a mesma função no campo, pois são eles os responsáveis pela produção de alimentos e também pela matéria-prima que viabiliza a indústria, o comércio e os serviços. Mas, a pergunta é: há muito para comemorar?

Sr. Presidente, o homem do campo não vive apenas da grande safra de grãos exportáveis, ou da sua venda no mercado interno. Ele vive também dos outros produtos chamados de agricultura familiar.

A criação de suínos e aves e dos seus produtos derivados tem servido de sustento para muitos pequenos agricultores, contrariamente daquele que produz em alta escala para o abate no mercado interno, ou para grande escala na exportação. Nos mercados o preço sobe constantemente, mas não há repasse desse aumento para o pequeno produtor rural. Dessa forma o lucro é muito pequeno.

Portanto, na pessoa do pequeno produtor rural, esta Casa registra desta tribuna o Dia do Agricultor e Dia do Colono, lembrando dos seus esforços para produzirem uma agricultura sustentável, feita pelas próprias famílias.

O segundo assunto é sobre a próxima safra de grãos. A meta do Governo Federal de produzir 150 milhões de toneladas de grãos na safra 2008/2009, anunciada no início do mês, está ameaçada diante do aumento dos custos da produção e do endividamento dos produtores rurais, apesar do crescimento do Produto Interno Bruto - PIB, do saldo comercial e da maior estimativa de valor bruto da produção.

Esses dados fazem parte do Boletim Informativo da FAEP que afirma: “Dentro da portaria da fazenda, o segmento primário da agropecuária cresceu 1,53%.”

Se por um lado o PIB do agronegócio manteve taxas altas de crescimento no primeiro quadrimestre, os preços dos fertilizantes e rações continuam em alta. Os insumos somaram uma expansão de 7,70% nos primeiros quatro meses do ano de 2008.

Segundo a FAEP enquanto o agronegócio apresentou ligeira desaceleração nos preços agrícolas, a expan-

são dos preços reais dos fertilizantes ultrapassou 53% e os preços das rações duplicaram chegando a uma taxa de 17,2% somente no mês de abril.

Embora a estimativa do Governo seja extremamente viável, corre o risco de não ser alcançada, porque os setores rurais vão bem, mas os produtores nem tanto, em razão do endividamento anterior e do aumento do custo de produção.

Ainda há a se considerar a apreensão que existe nos meios rurais sobre o adiamento da votação da Medida Provisória - MP nº 432, que trata da renegociação de R\$ 75 bilhões em dívidas de operações de crédito. Desde julho a matéria tranca a pauta da Câmara dos Deputados e se não for analisada neste mês de agosto haverá muita complicação para os agricultores, pois, os bancos estão esperando a aprovação da matéria para adotarem a estratégia nas renegociações.

Desta forma muitos agricultores ficaram inadimplentes e impedidos de financiar a próxima safra por não disporem de renda para ampliar a produção. Sem equacionar o passivo do passado, não há possibilidade de ter acesso a novos empréstimos e sem isso não terão renda para produzir, o que poderá acarretar na queda da produção.

Esta é a situação atual da agricultura brasileira, num panorama sobre o agronegócio, abrangendo a agricultura familiar e o produtor rural.

Muito obrigado.”

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Passa-se ao Grande Expediente. Com a palavra o Deputado Artagão Júnior.

Deputado Artagão Júnior (PMDB)

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, amigos visitantes, amigos da imprensa.

Mais uma vez subimos à tribuna, na semana em que reiniciamos as atividades do 2º semestre, para falar de boas novas, de mais conquistas para a região central do estado, centro-sul do estado. Estaremos, durante esta semana, em nome do Governo do Estado, entregando quatro obras ao município de Inácio Martins. Inácio Martins é um município carente, pobre, de pequeno porte e, até este momento, poderia ser tratado, no chavão popular, de um município de final de linha, ou seja aquele município em que o asfalto vai até ele e lá termina, não tem continuação.

Uma das obras que estamos fazendo é justamente a continuação desse asfalto. A primeira etapa de 14 quilômetros está sendo finalizada esta semana e estaremos, em nome do Governo do Estado, entregando essa obra à população de Inácio Martins. Uma obra estimada em R\$ 9 milhões e 500 mil. Foi esse o valor do investimento

realizado nessa construção desse primeiro trecho de recapeamento asfáltico, ligando o município de Inácio Martins ao município de Guarapuava, 14 quilômetros. É importante frisar que o novo projeto para mais de 10 quilômetros, Deputado Waldyr Pugliesi, V. Exa. que nos ajudou a conquistar essa primeira etapa de recapeamento asfáltico, já está em fase final e já temos a sinalização positiva do Governador do Estado, Governador Roberto Requião, para essa nova etapa da obra, mais 10 quilômetros, mas essa ainda está sendo projetada.

Então, estaremos entregando 14 quilômetros de asfalto, R\$ 9 milhões e 500 mil. Estaremos entregando lá a ordem de serviço para construção da nova sede da Prefeitura Municipal, uma obra estimada na casa de R\$ 350 mil, uma obra importante porque lá existe, hoje, ainda, a Prefeitura trabalhando numa sede de madeira, construída na década de 50. Conheço bem essa história porque o primeiro Prefeito eleito dessa cidade foi meu avô, Artagão de Mattos Leão e a Prefeitura que ele utilizou, naquela oportunidade, para desenvolver suas atividades como Prefeito, permanece até hoje sendo a Prefeitura do município de Inácio Martins.

Então, estaremos amanhã entregando ao município de Inácio Martins, ao Prefeito e à população, a ordem de serviço para construção da nova Prefeitura Municipal, da nova sede administrativa do município de Inácio Martins.

Estaremos entregando, também amanhã, a ordem de serviço para construção do ginásio de esportes, obra estimada em R\$ 480 mil. O município de Inácio Martins não tem ginásio de esportes, tem uma quadra coberta, que é fruto justamente das liberações e das ações do Governo Roberto Requião, mas ainda não tinha ginásio de esportes e estaremos entregando, amanhã, portanto, também, a ordem de serviço. O que isso significa? Significa que a licitação já foi feita, que a empreiteira já está contratada e que os serviços serão iniciados. A juventude, de uma forma geral, e a população, como um todo, clamava por um ginásio de esportes. Era uma das maiores reivindicações, Deputado Teruo, que tínhamos em Inácio Martins e, agora, teremos a felicidade de amanhã estar entregando a ordem de serviço para construção desse ginásio de esportes.

O Sr. Teruo Kato (PMDB)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado Artagão, gostaria de parabenizá-lo pelo pronunciamento e dizer que hoje, na Escola de Governo, o Governador Roberto Requião anunciou também a construção de 12 escolas de excelência que serão distribuídas no estado, preferencialmente para os municípios de menor IDH. Portanto, V. Exa. terá municípios da sua base que serão contemplados. E, além disso, as escolas que hoje funcionam de forma compartilhada entre o município e o estado, também terão por parte do Governo Requião um atendimento para que os municípios possam ter as suas escolas municipais em prédios próprios. Por-

tanto, mais notícias boas que, com certeza, vêm contemplar os municípios do estado. E um programa também de extrema importância que foi anunciado hoje é o Programa Viva Escola, aonde o Governo do Estado vai estar estimulando o contra-turno para que as comunidades, inclusive, possam participar ativamente da vida das escolas.

Então, acho que vem ao encontro, inclusive, com todas essas obras que V. Exa. vem anunciando, mas eu diria que teremos muito mais boas notícias daqui para frente do Governo do Estado.

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR (PMDB)

Sem dúvida, Deputado Teruo. Inclusive V. Exa. cita bem as obras do Governo do Estado e ainda destaco, além de todas essas obras anunciadas, o convênio de R\$ 117 milhões com as APAEs. Trezentas e noventa APAEs assinaram convênio na distribuição de R\$ 117 milhões em recursos do Governo do Estado. Ou seja, mais uma demonstração de que a Educação, em função de todas essas liberações e em todas as áreas, estão sendo atendidas.

Mas, agradeço a sua manifestação, Deputado Teruo Kato, sei que V. Exa. também tem levado muitas obras para a região que V. Exa. representa. Evidentemente, que trabalhamos não só por uma região específica, mas por todo o Paraná, como Deputados que somos, e defendendo aqui as ações e o trabalho que o Governo vem fazendo. Afinal de contas, é muito bom você saber que o Governo do Estado tem uma posição de firmeza, de transparência e de prioridade, a Educação, a Saúde, como é o desejo da maioria da população do Paraná.

Mas, quero voltar à questão de Inácio Martins. Inácio Martins, portanto, recebe o asfalto que está pronto, a ordem de serviço da Prefeitura Municipal da construção da nova sede administrativa, receberá a ordem de serviço da construção do seu ginásio de esportes, o primeiro e único no município, não existia, obra estimada em R\$ 480 mil. E também estaremos anunciando que a licitação da Clínica da Mulher e da Criança, que na sua primeira tentativa tinha sido vazia, ou seja, não tinha empreiteiro suficiente para atender tantas obras que estão sendo viabilizadas pelo nosso Governo. Licitação de Inácio Martins e Laranjal, que é um outro município pequeno, a licitação tinha sido vazia, e agora já fizemos uma nova licitação e Inácio Martins já tem, portanto, a empresa vencedora desse processo de licitação. E poderemos anunciar, portanto, amanhã também a construção, oficialmente, da Clínica da Mulher e da Criança, uma obra estimada em R\$ 285 mil, entre a construção da sua estrutura física e equipamentos, além, evidente que é sempre importante lembrar do auxílio de manutenção, Deputado Batista, V. Exa. que é médico e sabe o quanto custa um programa de atendimento à Saúde e que, muitas vezes, os presentes são simples quando a obrigação se repassa totalmente ao município. Mas, o Governo, nesse projeto em questão, constrói, põe os equipamentos e ajuda com

R\$ 8 mil por mês para auxiliar a manutenção do programa, para auxiliar o custeio das atividades da Clínica da Mulher e da Criança.

Sem dúvida, uma obra fantástica, um projeto extraordinário que, aliás, eu já por diversas vezes defendi e manifestei-me favoravelmente a ele nesta tribuna.

O Sr. Dr. Batista (PMN)

Permite-me um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Parabenizar o Deputado Artagão, primeiro pelo trabalho que o senhor vem fazendo em todos os municípios que trabalha. Percebo que V. Exa. trabalha com pessoas muito humildes e carentes.

Eu vendo o Governador na “escolinha”, hoje, achei impressionante a valorização que ele faz na Educação, na Saúde, na Clínica da Mulher e da Criança. Nos orgulhamos realmente em estar na base do Governador.

Dizer ao senhor que a boa notícia, hoje, para os professores, funcionários e merendeiras do Governador Roberto Requião, é o aumento que ele vem dando gradativamente para todos os professores do estado do Paraná.

Parabenizar mais uma vez o discurso de V. Exa., e de público também ao nosso Governador Roberto Requião.

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR (PMDB)

Obrigado, Deputado Dr. Batista, V. Exa. que nos lembra mais uma das ações que foram anunciadas, hoje, na Escola do Governo. Foram tantas obras, tantos pontos positivos anunciados pela manhã, que às vezes quando subimos à tribuna para falar, acaba esquecendo de algumas delas. Graças ao apoio de V. Exa., assim também como do Deputado Teruo acabamos lembrando de todas essas obras e ações importantes do nosso Governo que defendemos e que somos parceiros na sua formação ideológica. Porque conheço muito bem a atividade do Deputado Dr. Batista no auxílio aos mais carentes. Na sua atividade profissional mesmo antes de ocupar uma cadeira neste Poder Legislativo, V. Exa. sempre esteve ao auxílio da população mais carente, cedendo a sua habilidade e o seu conhecimento na área de Medicina, para auxiliar aqueles que não tinham condições, muitas vezes, de pagar por uma cirurgia, por uma consulta, um encaminhamento. V. Exa. que conheço muito bem, tem feito isso não agora enquanto Deputado, mas por toda a sua vida, desde a sua formação universitária. Parabéns pelo seu trabalho também é muito obrigado pela colaboração de V. Exa.

Estamos felizes por tantas conquistas e ações positivas. Eu especificamente falando de Inácio Martins, por poder estar amanhã, na quarta-feira, em nome do Governo do Estado, em nome do Governo que ajudamos através da sustentação que damos e do apoio que desenvolvemos nas regiões que representamos, anunciar e entregar quatro importantes obras a um município pequeno, de 12 mil habitantes, pobre e carente. Se não

fossem os recursos repassados pelo Governo do Estado, talvez não se teria condição de construir a sua prefeitura, o seu ginásio de esportes e com certeza, de construir 14 quilômetros de asfalto, em um montante estimado em R\$ 10 milhões e com certeza também não teria recursos para a construção da Clínica da Mulher e da Criança. Quatro obras importantes, como outras que lá já foram entregues.

Muito obrigado aos nossos amigos e parceiros pelo apoio nas nossas atividades. Obrigado e parabéns ao Governador por continuar sendo sensível ao reclame da população, em especial aquela que mais precisa do Governo do Estado. Estamos e continuaremos sempre apoiando projetos que caminhem ao encontro do interesse da maioria da população do estado do Paraná.

Nem sempre é fácil e muitas vezes existem questionamentos. Muitas vezes dúvidas são levantadas, mas o importante é que ao final possamos comemorar com a população que representamos, entregando e vendo essas obras funcionando para o benefício da população.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Segundo orador no Grande Expediente, com a palavra o Deputado Elio Lino Rusch.

Deputado Elio Rusch (DEM)

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Dois assuntos me trazem à tribuna na Sessão de hoje. Há questão de dois, três meses passados, fizemos desta tribuna uma denúncia envolvendo a COHAPAR do Estado do Paraná. O débito que a COHAPAR tinha com empresas do nosso estado e o débito com a Associação dos Mutuários que estão construindo as suas residências.

Deputado Douglas Fabrício, entendo quando você leva para a família uma casa, leva para essa família um alento, uma esperança, uma dignidade de vida. Mas, lamentavelmente, quando fizemos essa denúncia, eu trouxe que a Associação dos Mutuários estava sendo protestada e sendo cobrada judicialmente pela compra de materiais e que a COHAPAR não havia repassado recursos para a associação e ela, por sua vez, não conseguiu quitar as dívidas com as empresas fornecedoras. Uma dessas associações é a do oeste do Paraná, que não gostaria de dizer o nome do município para que não venha a receber mais represálias ainda. Mas, diversas empresas naquela época nos procuraram, tinham créditos com a COHAPAR.

E quando abrimos hoje algumas páginas do jornal, alguns jornais noticiaram: “Denúncias derrubam dois Diretores da COHAPAR”. Para minha surpresa, uma das Diretoras que foi substituída é a Sra. Rosângela Curra, Diretora de Projetos. Conheço pessoalmente a Rosângela, como Diretora da COHAPAR, como Presidente, e não entendo, Deputado Valdir Rossoni, o afastamento dessa senhora. Porque para mim a Rosângela é uma pes-

soa íntegra. Não sei o que efetivamente houve. Aliás, os jornais continuaram afirmando que a situação da COHAPAR continua a mesma, que os débitos continuam os mesmos.

Sei que o Deputado Luiz Claudio Romanelli, Líder do Governo, está dando uma entrevista, mas a assessoria da Liderança do Governo está aqui, gostaria que nos trouxesse esta semana qual é a real situação econômica e financeira da COHAPAR. Está resolvida ou não? Essa auditoria que foi feita dentro da COHAPAR, houve ou não houve? Houve irregularidades? Gostaria que o Líder do Governo nos trouxesse essas informações, porque desta forma poupamos entrar com pedido de informações.

A COHAPAR está em dia com seus débitos? A COHAPAR deve ainda para a Associação dos Moradores? Tem débitos com fornecedores? Como está o andamento das obras? Traga para nós essas informações para que não venhamos a cometer nenhuma injustiça e nenhuma acusação leviana que possa atingir, de repente, o próprio Governo, injustamente.

Então, que seja esclarecido à Casa para que possamos, daí sim, nos manifestar em relação à COHAPAR, porque há dois ou três meses passados, tínhamos os documentos. Nós mostramos e aqui falamos, foi confirmado: a COHAPAR estava semifalida e hoje algumas notas na imprensa continuam dizendo que na COHAPAR a situação é a mesma.

Então, que seja esclarecido a nós Parlamentares e à sociedade do Paraná.

O Sr. Douglas Fabrício (PPS)

Permite um aparte, Deputado?

(**Assentimento**)

Deputado Elio Rusch, V. Exa. traz mais uma vez um assunto importante para esta Casa.

Há algum tempo atrás V. Exa. já trouxe este assunto, saiu no jornal, saiu nas reportagens de televisão e rádio, mas parece que o Governo deu um jeitinho de deixar as coisas, eu não sei se às escondidas ou de que jeito, porque estive agora na região visitando 25 municípios e cheguei numa empresa e aí o empresário me questionou sobre a questão da COHAPAR. Ele me perguntou por quê a COHAPAR tinha cancelado um processo de licitação, inclusive me mostrou os documentos, aí ele falou: “O Requião quebrou a COHAPAR?” Eu falei: olha, não sei, por quê? “Olha, aqui na região eu tinha um compromisso de atender, agora não está sendo mais pedido, tem dívida, ainda não pagaram. Lá na região eles devem, não pagaram, a COHAPAR não pagou.”

E daí você vai levantar certinho qual o papel da COHAPAR nesse contexto de construir casas para o povo, quem cede o terreno é o município, toda a infraestrutura necessária lá é o município que oferece, aí a pessoa que vai morar na casa vai pagar para a COHAPAR, porque é um financiamento, e mesmo assim a COHAPAR não está fazendo o trabalho direito. Tem

município na nossa região que faz anos e anos que não recebe o projeto de nenhuma casa. Nenhuma casa.

Então, começamos a questionar: a COHAPAR é importante ou o Governo está pegando e prejudicando a COHAPAR por algumas questões políticas?

Acho que V. Exa. traz assunto importante nesta tarde e estes questionamentos nós precisamos fazer. Não só o Líder do Governo. Acho que precisávamos reunir um grupo de Deputados e visitarmos a COHAPAR, falar com a direção da COHAPAR, falar com o Secretário, falar com o Governador, porque isto é um desmando, um desrespeito com o povo mais humilde.

Agora há pouco ouvi um Deputado discursando de obras, obras e obras. Época de eleição e época que o povo recebe ordem de serviço. Ainda não é obra. Lá na região também tinha ordem de serviço da COHAPAR. Só que agora, depois da eleição passada, eles retiraram as ordens de serviço. Daí a COHAPAR parecendo que está quebrada.

Então, espero que as ordens de serviço, que foi falado agora há pouco por um Deputado aqui nesta Casa, não sejam canceladas depois da eleição.

Parabéns pelo seu pronunciamento.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Agradeço, Deputado Douglas Fabrício, e vejam, Srs. Parlamentares, eu não fui procurado por nenhuma empresa, eu vi por terceiros V. Exa. acaba de confirmar que foi procurado por empresa que têm o crédito, tem em haver da COHAPAR desde aquela época. E quando eu fiz a denúncia, há questão de dois ou três meses, tinha empresas há mais de meio ano sem receber, mais de meio ano.

Agora, eu gostaria, então, que os Deputados que usam a tribuna, enaltecem o Governo do Estado, anunciando obras no Paraná, anunciando ordens de serviço, que eles também usassem esta tribuna, chegassem e falassem: “Olha, quero comunicar à Casa que a COHAPAR deve valores, tantos valores, ou a COHAPAR não deve nada.” Então, que esses esclarecimentos também sejam feitos para a sociedade do Paraná.

O segundo assunto que queria abordar rapidamente é o mesmo que abordei ontem: é a questão da compensação dos precatórios em relação ao ICMS de algumas empresas no estado do Paraná. Para surpresa nossa, e já falamos sobre esses valores no dia de ontem, 232 milhões foram compensados com precatórios nesses últimos cinco anos no Governo Roberto Requião, 25% deste valor são dos municípios devidos, 58 milhões que não foram repassados.

Agora veja qual a resposta que o Governo deu através da Secretaria, que está nos jornais hoje, o Governo tem outro entendimento: como não entrou dinheiro no caixa, só papéis, não tem obrigação de pagar até que os títulos sejam recolhidos. E o Governo continua: quando o estado for recolher junto ao Tribunal de Contas, vai repassar direitinho os 25% para os municípios. Se não

entrou dinheiro, como vai pagar? Agora eu pergunto: como é que o Governo compensou precatórios com dívida de ICMS, baseado em quê? Baseado na lei. Qual é a lei que deu poderes para o Governo poder compensar isso? A Lei Complementar Federal nº 063/90, essa deu poderes para que o Governo pudesse compensar. E o que diz essa lei? Não é o Elio Rusch que diz, a lei está claríssima: artigo 4º, parágrafo 1º: Em hipótese de ser o crédito relativo ao Imposto sobre operações relativas a Circulação de Mercadorias, sobre a prestação de Serviço e de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação, extinto por compensação,” o ICMS foi extinto por compensação com precatórios. E continua a lei: “a repartição estadual deverá, ao mesmo ato, efetuar o depósito, o arremesso dos 25% pertencentes aos municípios na conta de que trata este artigo.”

Ora, Srs. Deputados, o Governo não pode alegar o que ele está alegando, que vai repassar direitinho para os municípios os 25% quando ele pagar o precatório. Ele já pagou o precatório, o precatório foi pago no momento da compensação do ICMS! A empresa devia ICMS para o estado, pegou um precatório, o precatório foi pago, extinguiu-se o precatório e se extinguiu também a dívida! Deputado Belinati, o que os municípios tem com precatório? O município quer receber os seus 25% que lhe é de direito constitucional, independente se esse ICMS foi pago em cash, com dinheiro, se foi pago com precatórios ou se foi pago com bens! Estes números nós não temos ainda, mas existem contas ajuizadas que são de ICMS com empresas e esse ICMS está sendo pago com bens que as empresas estão dando para o Governo, este dinheiro também não está entrando para os municípios.

Agora o Governo ou a Secretaria da Fazenda vai dizer: “Olha, não entrou dinheiro, como é que vou depositar?” Não somos nós, é a lei que diz, é a Lei Complementar nº 063! Então essa desculpa que o Governo está usando, que só vai pagar no momento que pagar ou resgatar o precatório, o precatório já está pago! Não existe mais essa dívida, como a empresa também não deve mais ICMS, ela pagou seu ICMS com precatório!

Disse ontem e estão aqui os ofícios, já enviei, a nossa assessoria deve estar levando, já deve estar protocolado nessa hora na AMP, na Associação dos Municípios do Paraná, mandamos os documentos para a Associação dos Municípios, mandamos para eles o pedido de informações, a resposta que recebemos e mandamos também a Lei Complementar Federal nº 063. Da mesma forma, Srs. Deputados, também enviamos todos estes documentos para o Ministério Público para que sejam tomadas as providências porque os municípios não têm nada a ver com precatório! Precatório é uma coisa, pagamento de ICMS é outra, olha se você pagou com cheque, dinheiro, precatório com bens o ICMS a conta é uma só, 75% de ICMS, é do estado do Paraná, vai para o Tesouro do Estado, é a sua receita tributária, os outros 25% tem que ser depositado numa conta específica em

nome dos 399 municípios e cada município tem a sua fatia de acordo com o seu índice.

Volto a dizer, ao Prefeito, aos municípios, não interessa de que forma foi pago o ICMS, o que tem que ser respeitado é a legislação, é a lei. As empresas quitaram o seu ICMS e o Governo tem a obrigação como determina a Lei Complementar Federal, não é lei estadual, é lei federal, ela determina no ato, no mesmo momento, tem que ser depositado os 25% que é a parte dos municípios. Isso são R\$ 58 milhões que o estado deve para os municípios no estado do Paraná.

Obrigado, Sr. Presidente.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Passa-se ao Horário das Lideranças. Bloco PPS/PMN, o Deputado Douglas Fabrício.

Liderança do Bloco PPS/PMN: Deputado Douglas Fabrício (PPS)

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Inicialmente gostaria de cumprimentar e desejar as boas-vindas ao nosso jovem Deputado Alysson Wandscheer, que passa a integrar esta Casa como Deputado, ele que faz parte do meu partido, o PPS. Seja bem-vindo, Deputado Alysson, e conte conosco para ajudá-lo naquilo que pudermos. Nós, da Bancada da Oposição, e o PPS faz Oposição nesta Casa, estamos à disposição de V. Exa.

Falando do Alysson, que é da Fazenda Rio Grande, quero também falar um pouquinho sobre a Fazenda Rio Grande. Ouvi atento o Deputado Cartário, Deputado Valdir Rossoni, e reservadas as proporções das discussões locais quero crer que o Deputado Cartário tenha uma certa razão. Acho que V. Exa. ir apoiar qualquer candidato, em especial do seu partido, em qualquer lugar do Paraná, como Presidente do partido, está correto. Qualquer Presidente de partido, aliás, deve fazer isso. Não só pode como deve fazer. Mas, parecer-me que o Prefeito de Curitiba é candidato a Prefeito em Curitiba e ele deve se preocupar com a eleição em Curitiba. Essa é a minha opinião. Até porque, nós lá também temos aliança aqui em Curitiba, que lá nós do PPS também temos candidatos.

Então, essa é uma opinião nossa. Acredito que o partido também pense assim, e seria melhor para todos, eu acho, que o Prefeito Beto Richa fizesse a campanha em Curitiba.

Outro assunto que gostaria de falar nesta tarde é sobre a violência, o item Segurança. Tivemos recesso de duas semanas, aproveitei essas duas semanas e andei por este Paraná, em especial nos municípios que represento, que fui lá fazer campanha na época da eleição. Passei por 20 municípios. Deputado Romanelli, acredito que V. Exa. deve ter feito isso, como a maioria dos Deputados puderam fazer.

Ouvi do povo da reunião que fiz prestando contas, Deputado Romanelli, V. Exa. que é Líder do Governo, uma coisa que ouvi elogiando o Governo Requião, foi sobre aquela história da energia elétrica. Nós aqui votamos a favor daquela isenção da energia elétrica. Eu não era Deputado na época, contra a venda da COPEL. Quero deixar claro isso, que o meu partido agiu assim. E é um elogio. Ajudei inclusive nesse processo aqui.

Agora, ouvi algumas críticas. A crítica da história do irmão do Governador, de ele colocar o irmão no Tribunal de Contas e o povo não gostou dessa idéia, aí ouvi outras críticas também e a maior delas é com relação à falta de Segurança no estado do Paraná. Vou pegar aqui os dados de assassinatos e não de outras coisas menores na região de Campo Mourão. Em 2001 foram 20 pessoas assassinadas em Campo Mourão, em 2002 foram 29, em 2003 foram 27, em 2005 foram 50, em 2006 foram 32, em 2007 foram 23 e até agosto de 2008 já assassinaram 23 pessoas em Campo Mourão, fora os municípios da região. Qual é o maior problema?

Fizemos uma Audiência Pública para tratar de Segurança Pública lá e o Secretário da Segurança não foi, sendo que só tive apoio do Deputado Marcelo Rangel, que esteve presente, a quem quero agradecer mais uma vez. Conquistamos naquela Audiência Pública o compromisso do Governo de enviar novos policiais para lá, para Campo Mourão, e enviou, sendo que eram 40 e ele enviou 38, porque fui ao SESC fazer a prestação de contas e eles estavam lá fazendo um treinamento, mas ainda estão em treinamento e não estão exercendo a função para a qual foram contratados, sendo que estão na fase de preparação, que vai até dezembro. Enquanto os Soldados vão se preparando, o Governo vai discursando, falando de obras e o povo vai se matando. É o que está acontecendo em Campo Mourão: falta de Segurança! Não resolveu ainda a história de Campo Mourão e isso aqui são dados de imprensa, não sou eu quem estou dizendo, mas é o que acontece em Campo Mourão: as pessoas estão se matando.

Vou pegar um exemplo aqui: mapa da violência dos municípios do Brasil, publicado em 2007 pela Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, Ciência e Cultura, inclui Campo Mourão entre os 300 municípios mais violentos do Brasil, sendo que ficou à frente, por exemplo, de São José dos Campos, de Brasília, de Curitiba, de Sorocaba, de Maringá, de Fortaleza, entre outros de maior porte. Se compararmos com Guarapuava, que comparamos dias atrás, também está.

Então, é sério! Queria sugerir para fazermos uma comissão de Deputados para visitarmos o Secretário de Segurança, porque naquele dia em que ele veio aqui, não consegui nem falar com ele. Parecia que tinha chegado o Bill Clinton aqui! Fiquei na sala por duas horas, inscrevi-me e não consegui fazer pergunta. Deputado Mauro Moraes, parecia o rei da cocada preta - que me desculpe - e o povo está matando gente.

Então, é isso. Quero convocar e pedir o apoio dos Deputados de todos os partidos, mas em especial do PPS, que é o meu partido, e vamos visitar o Secretário de Segurança ou o Governo e pedir apoio para ajudar a resolver esse problema de Segurança em Campo Mourão. E tenho certeza, que outros municípios também estão com problemas. Pela Constituição do Estado é responsabilidade do Governo atender a questão da Segurança.

Concedo um aparte ao Deputado Marcelo Rangel.

O Sr. Marcelo Rangel (PPS)

Deputado Douglas Fabrício, o senhor está correto e acho que precisamos fazer, em regime emergencial, essa Comissão primeiramente composta pelos três Deputados do PPS. Gostaria de convidar o novo Deputado Alysson Wandscheer, que assumiu o seu mandato aqui na Assembléia Legislativa, para os três Deputados do PPS podermos visitar o Secretário de Segurança principalmente para reivindicar o NURTE para a sua região, para a região de Campo Mourão e para a cidade de Ponta Grossa também, O que é o NURTE?

É o núcleo de Repressão ao Tráfico de Entorpecentes. Nas regiões onde a violência é muito grande, tenho certeza absoluta que vocês têm problemas gravíssimos com relação ao tráfico de drogas, principalmente ao tráfico de crack, por isso vamos pedir ao Secretário de Segurança para que ele também olhe para a região de Campo Mourão e pela cidade de Ponta Grossa, porque o NURTE existe em Londrina, em Maringá, em Pato Branco, em Cascavel e também em Foz do Iguaçu e Curitiba. Só falta em Campo Mourão e em Ponta Grossa. Eu estou apoiando V. Exa.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Obrigado Deputado Marcelo Rangel. Vamos então protocolar esse documento, vamos enviar ao Secretário de Segurança, vamos pessoalmente lá para cobrar esse órgão, o NURTE, em Campo Mourão. Além disso, Deputado Rossoni, ficou combinado de fazermos uma Audiência Pública para tratar da lei, esse Projeto de Lei nº 286 aqui, que aliás já estão dando o nome de um projeto de lei com o nome de uma pessoa que trabalhava na corporação, até para fazer campanha.

Hoje, fui visitado por vários Soldados, Tenentes, Subtenentes, e pessoas me colocaram a situação, eles me trouxeram algumas sugestões, mas eu quero saber: nós vamos fazer ou não vamos fazer essa Audiência Pública para discutir essa Lei nº 286 que trata dos policiais militares, Deputado Romanelli? Porque o acordo que tínhamos aqui era de fazer a Audiência Pública antes da votação, e me parece que o projeto, já está indo para votação amanhã e a Audiência Pública não foi feita ainda. Quem me responde?

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Deputado Douglas, fizemos uma reunião hoje pela manhã com a presença do Deputado Elio Rusch, que

assume a Liderança da Oposição de momento, e nós propusemos ao Líder do Governo essa Audiência Pública, mas estamos com dificuldade de marcarmos a Audiência Pública. Então, quero dizer a V. Exa., que como não consegui fazer a Audiência Pública tivemos uma reunião hoje pela manhã com a associação dos representantes dos militares, eu estou elaborando algumas emendas para procurar contemplar as reivindicações, e V. Exa. também tem todo o direito de apresentar as reivindicações que foram lhe apresentadas no seu gabinete, como foram apresentadas no meu.

Obrigado.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

O meu pedido, quero reiterar aqui como Deputado nesta Casa, gostaria muito que tivesse essa Audiência Pública. Vamos chamar os policiais, o que é possível fazer, o que não é possível, porque senão fica uma coisa parece que entre quatro paredes entre dois, três.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

Me permita só complementar a informação do Deputado Valdir Rossoni.

Eu compareci hoje ao convite formulado pelo Líder da Oposição, os dois Líderes aliás, Valdir Rossoni e Elio Rusch, junto com as lideranças dos Subtenentes e Sargentos da Polícia Militar, e fomos discutir o projeto de lei. O que ocorreu? Nós efetivamente fizemos o seguinte: já havia tido uma conversa com eles no período de recesso, eles me procuraram, tivemos uma discussão muito longa, fizeram uma série de posicionamentos. Eu, pelo meu lado, claro, cumprindo o meu exercício de Líder do Governo, conversei com o Governo, trouxe de fato as respostas às demandas, explicitiei uma série de pontos de vista que V. Exa. verificará, nós poderemos discutir inclusive, V. Exa. vai ver que há um mal entendimento do que é, de fato, o objetivo da lei. Mas efetivamente o projeto deve ir à pauta, receber as emendas e promover o debate político, até porque é necessário que a lei seja votada, Exa. A Audiência foi realizada hoje, entendo que a discussão que tinha que ser travada foi travada, o debate vai ser travado no plenário aqui desta Casa, para ser bem sincero.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Para concluir, quero dizer que a Audiência Pública não foi realizada, foi realizada uma reunião no gabinete do Deputado Romanelli, isso eu não considero como Audiência Pública, e estamos passando por cima de um projeto que seria importante para a Polícia Militar e que seria importante para o Governo também. Estão enfiando goela abaixo esse projeto, eu não concordo.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Ainda no Horário das Lideranças: Bloco PTB/PR. Bloco PSB/PRB/PV. PP. Com a palavra Deputado Antonio Belinati.

Liderança do PP: Deputado Antonio Belinati

O SR. ANTONIO BELINATI

Nobre Presidente Cida Borghetti, Sras. e Srs. Deputados, comitê de imprensa, visitantes.

O jornal Estado do Paraná publicou, no final de semana, uma matéria que nos deixa profundamente preocupados, que é a com relação à proliferação das drogas, a falta de hospital apropriado, de casa especializada para recuperar os dependentes químicos. Isso está acontecendo aqui no nosso Paraná, infelizmente. É sabido que é muito frágil a pessoa tornar-se um dependente químico, entretanto, a sua recuperação é longa, quando ela ocorre, porque tem pouca casa especializada e depende, acima de tudo, que o próprio dependente químico tenha vontade de se recuperar, de se libertar desse vício maldito que destrói a felicidade do viciado, destrói a sua vida, arrasa a vida da sua mãe, do seu pai, dos seus irmãos. Qual é a família que fica feliz quando tem um membro da família que é dependente químico?

O jornal Folha de Londrina, agora com novo visual, mais bonito, equipe de profissionais competentes, mas com uma matéria que mostra como o Governo que tomou conta do Brasil está maltratando o povo brasileiro. Olha a manchete: “Gás de cozinha fica 9,4% mais caro no Paraná. Prepare o bolso!” Bom, não faz muito tempo o funcionalismo público estadual teve, aqui, 5% de aumento. É pouco mais da metade da elevação do gás. Mas será que é só o gás que está subindo? Não, telefone está subindo, conta de luz está subindo, o preço do remédio, o supermercado está dando medo. Tem gente apavorada porque entra no supermercado, meu Deus do céu, com o salário do mês, e um carrinho pequeno é grande demais, porque o salário do mês, que é tão pequenininho, não dá nem para encher mais um carrinho de compra.

Isso reflete o quê? Reflete que o povo, a classe trabalhadora está trabalhando bastante para os poderosos ficarem cada vez mais poderosos, com a “bufunfa” nas contas nas Ilhas Cayman, nos grande Bancos do Brasil. A classe trabalhadora tem sido muito maltratada. É impressionante o alto custo de vida. O Presidente Lula errou. Outro dia, o Presidente Lula errou em aumentar o preço do óleo diesel, porque é isso que está causando essa aceleração da inflação. Agora, vem aqui quase 10% de aumento no preço do gás de cozinha. É uma coisa que é triste de comparar, porque o gás de cozinha para o pobre da favela é o mesmo preço que custa o mesmo botijão do gás de cozinha para o magnata, para o milionário, para o poderoso. A conta de luz na proporção do quilowatt é a mesma coisa também, o mesmo preço, o telefone também. Temos pena da classe trabalhadora.

Deputado Cida Borghetti, tínhamos um projeto de lei que até seguramos sua tramitação, num gesto de consideração ao nobre Deputado Durval Amaral, porque S. Exa. era candidato ao cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas. Eu disse pessoalmente ao Deputado que

estava deixando passar essa eleição do Tribunal de Contas para apresenta o nosso projeto. Estamos fazendo isso porque é um projeto para acabar com essa polêmica de quem está por cima arrumar uma “boca” no Tribunal de Contas do Paraná. Uma “boca” que rende uns R\$ 25 mil por mês, num cargo vitalício. Agora, eu tenho um sobrinho que fez um concurso público para ser auditor do Tribunal de Contas do Paraná, e ele foi aprovado, a vaga foi dele. Aí o meu sobrinho falou: “Tio, se eu pegar essa vaga aí, vão dizer que foi o senhor, foi a Dona Emília, que arrumaram para eu entrar pela porta dos fundos e o que eu quero mesmo é ser Juiz Federal”. Prestou concurso, passou e assumiu como Juiz Federal. Então, o meu sobrinho fez o quê? Em princípio, interessado na vaga de auditor, ele prestou o concurso. Agora, quem está interessado em ser Conselheiro do Tribunal de Contas, mostre a sua competência, a sua capacidade, o seu valor! Faça o concurso público! Passe pela porta da frente, sem padrinho político, porque é uma desonestidade em um concurso público alguém que não estudou querer pegar a vaga do outro que está melhor preparado.

É o caso daquele estudante vagabundo, preguiçoso, que não estuda para prestar o vestibular e no dia do vestibular ele ajoelha-se aos pés de Nossa Senhora Aparecida e diz: Oh, minha Nossa Senhora Aparecida, me ajude para eu ser aprovado”. Mas, será que Nossa Senhora Aparecida é desonesta, vai pegar o coitadinho que estudou e vai falar: “Vocês estudou, mas não acendeu vela no meu pé. Eu vou passar esse vagabundo aqui, despreparado, para ser médico, para ter um curso superior” É evidente que não! Tem estudante que fica na gandaia na semana do vestibular e depois apela para o Santo e pede até para a família rezar para ele passar. Quer dizer, ele quer tomar a vaga de quem se preparou. E assim é a defesa que fazemos para o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas: quem se considera preparado, que preste concurso público. Vá ser Conselheiro, entre pela porta da frente!

Então quero, sei que é uma parada até meio indigesta, mas quero fazer um apelo desde já aos Deputados e Deputadas: vamos aprovar isso aqui, vamos acabar, porque cada vez que esta Casa, nobre Deputado Marcelo Rangel, tem que fazer uma eleição para escolher um Conselheiro, meu Deus do céu, é pressão de todo tipo, é gente passando a mão na cabeça de Deputados, dando tapinha nas costas, telefonemas, fazendo a boca de eleição, aqui como alguns candidatos apelam com o povo também para se elegerem Vereadores, Deputados ou para outras funções. É uma situação até constrangedora, porque às vezes temos aqui três, quatro amigos, gostamos de todos eles e todos eles querem ser Conselheiros. É uma situação desagradável.

Então, o caminho correto é estabelecermos para o resto da vida que quem quiser ser Conselheiro, primeiro estude, tenha competência e não use de força política, use da sua competência, da sua inteligência, faça concurso público, seja aprovado.

Assim como espero que o meu projeto seja aprovado, tornando obrigatório daqui para frente quem quiser ser Conselheiro do Tribunal de Contas se submeta a concurso público.

Concedo um aparte ao Deputado Marcelo Rangel.

O Sr. Marcelo Rangel (PPS)

Vou ser extremamente rápido.

Deputado Belinati, parablenzo o seu projeto, sou extremamente favorável, tem o meu total apoio, porque esse cargo de Conselheiro não poderia ser um cargo de comissão. Esta é a minha opinião pessoal, tem o meu apoio ao seu projeto.

Parabéns.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Fico feliz com a manifestação de V. Exa, evidentemente que vamos precisar de 28 votos para aprovar o nosso projeto. Quero crer que agora estamos em um momento bem descontraído e que cada um vai poder, com muita calma, com muita tranqüilidade, aprovar o nosso projeto porque é para quando abrir vaga no Tribunal de Contas, sempre que abrir parar com esse negócio de que essa vaga é do Governador.

Não essa agora é da Assembléia. Essa é do Ministério Público. E fica aquele jogo.

O que queremos, é que ocupe o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas - uma função tão alta, tão importante - homem ou mulher que, de fato, tenha competência, seja inteligente e não venha apenas querer ocupar o cargo por ingerência ou por força política. Portanto, Presidente Cida Borghetti, queira Deus que esta Casa possa dar como contribuição ao Paraná esse projeto. Se a professora tem que fazer concurso, se o policial tem que fazer concurso, o Promotor, o Juiz, até os funcionários do Tribunal de Contas para ingressar agora naquela corte também têm que prestar concurso público por que não o Conselheiro também ocupar aquele cargo?

Muito obrigado, Deputada Cida Borghetti.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

PT.

Concedo a palavra ao Deputado Pércles de Mello. Informo a V. Exa. o tempo da Liderança do seu Partido é de 10 minutos.

Liderança do PT: Deputado Pércles de Mello

O SR. PÉRCLES DE MELLO

Sra. Presidente, Srs. Deputados, inicialmente, não é este assunto que me traz à tribuna. Apenas lembrar ao Deputado Belinati, a quem respeito muito, que tem feito um trabalho em favor das pessoas mais humildes. às vezes quando se fixa muito em uma árvore se deixa de ver a floresta.

É verdade que recentemente teve aumento de tarifas. Mas, se olharmos para o movimento geral proporcionado pelo Governo Lula, os dados são muito diferentes. Vou ler apenas algumas manchetes: "Com Lula, mais da metade dos trabalhadores brasileiros passa para a classe média. A participação da classe média, das seis principais regiões metropolitanas do país aumentou de 44 para 51%. Classe média chega a 52% da população. Pobreza diminui 1/3 em cinco anos nas regiões metropolitanas. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada divulgou nessa terça-feira, dia cinco, um estudo elaborado com base em dados nas pesquisas nacionais por amostra em domicílios, onde informa que a taxa de pobreza caiu de 35%, em 2003, para 27,1% em 2006."

Eu queria apenas lembrar para que não fiquemos nos detalhes conjunturais, mas que tenhamos um olhar mais abrangente para o que está ocorrendo de fato no país, uma transformação profunda que poucas vezes aconteceu com o nosso Governo, que temos a honra de defender.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, hoje é um dia de comemoração e de festa para todo o Paraná. Quem participou ou assistiu a Escola de Governo na TV Educativa tem que ficar muito feliz, porque os programas e os projetos de lei anunciados pelo Governador Requião e pelos Secretários de Governo, na área de Educação, têm que ser saudados desta maneira. Apenas alguns exemplos. Participamos com os professores da rede pública estadual em jornadas históricas, não só no Governo Requião, quando fui Deputado, e no Governo Lerner. O Governo Requião havia dado um aumento, no ano passado, diferenciado para a rede pública de 17,5%, anunciou um aumento de 10%, além dos 5% que os professores receberam, para todos eles e os funcionários.

Além disso, o Governo manda na semana que vem para esta Casa o plano de carreira dos funcionários públicos estaduais, que há muito tempo vinha sendo discutido, debatido e aprofundado. Acho que saudamos o Movimento da APP, que é um grande sindicato, maduro, competente, que tem capacidade de mobilização e representatividade social. Mas saudamos o Governo Requião também, por essa postura elevada, colocando no centro da questão da Educação do Paraná. Isso tudo é possível, porque o Governo tomou uma decisão política muito difícil - quem foi Prefeito sabe disso - aumentar de 25% para 30% os recursos orçamentários destinados à Educação.

Além dessas conquistas para a rede pública, as universidades do Paraná que vem se batendo há bastante tempo, abandonadas durante um longo período histórico por Governos anteriores, o plano de carreira para os professores. O Governador manda também através de projeto de lei, que será aprovado por unanimidade nesta Casa, sem dúvida nenhuma, na próxima semana, que vai implicar em um aumento médio, para os professores, de 22,5%. Os professores no início da carreira terão um aumento maior, chegando até 30%. Os do final da car-

reira, que tinham um salário mais equilibrado, de 20%, a média vai ser de 22,5%. É importante lembrar que o Governo Requião já havia aprovado e implantado um plano de cargos para os funcionários da universidade, que têm muita coisa para conquistar, mas já tiveram a sua parcela de conquista neste Governo.

Eu, como professor universitário da universidade de Ponta Grossa, sei da angústia dos professores, da situação que eles se encontram há tanto tempo. Eu vivia recebendo ligações dos professores, como Presidente da Comissão de Educação. Hoje temos todos que comemorar. É um caminho novo, aberto, do Governo Requião, que valoriza os professores das universidades. É um segmento de extraordinária importância para o futuro de um país e de um estado. As universidades públicas têm uma relação com a região em que estão inseridas, de ajuda aos municípios, de extensão e desenvolvimento à pesquisa. Os professores há muito mereciam ser reconhecidos. O Governo Requião, com esse projeto de lei, reconhece uma parte importante da reivindicação dos professores das nossas universidades. Me sinto muito feliz, não só na condição de professor, mas também como representante que tive muitos votos da universidade de Ponta Grossa, de funcionários e professores. Que essa conquista seja efetivada no Governo Requião. Parabéns aos professores, parabéns às nossas universidades.

O Governo Requião, para as universidades, está anunciando uma parceria cada vez mais ampla entre as instituições de ensino superior e a rede pública estadual com o PDE. O Governo anunciou hoje que pretende que esse programa seja permanente, que amplie cada vez mais o número de professores. É preciso que as universidades também se fortaleçam.

A Secretária Lygia, velha companheira do movimento sindical dos professores, fez uma relação dos investimentos do Fundo Paraná. Faz uma análise do Governo anterior, do Governo Lerner: “Ficamos oito anos sem concurso público no Governo anterior ao do Requião. Em 2000 uma greve durou seis meses e no final dela retiraram dinheiro da verba de custeio das instituições de ensino superior, fingindo que estavam dando reajuste. Agora estamos na segunda reposição salarial. Os recursos do Fundo Paraná, que até 2002 eram investidos na iniciativa privada, agora vão para novas instituições públicas de pesquisa como o IAPAR, TECPAR e universidades públicas. Em 2003, mais de 500 mil projetos foram implementados com recursos do Fundo Paraná.

O Governo do Estado destinou 75 milhões para reconstituir as instituições estaduais de ensino superior, transformando-as em canteiros de obras. E a quarta e última parcela será repassada em 2009. Os leitores têm discutido e acompanhado esse avanço,” afirmou Lygia. Outra grande diferença citada pela Secretária é o fato do Governo anterior ter criado, autorizado a criação de muitos cursos sem proporcionar recurso e infra-estrutura, pessoal para esses cursos.

Uma outra notícia que nos alegra, Parlamentares de Ponta Grossa e campos gerais, o Governo afirmou que haverá vestibular no final desse ano com a reabertura do curso de Medicina e já em agosto do próximo ano esse curso terá início em Ponta Grossa. Os demais Deputados sabem que sofri com o fato do Governo ter extinguido o curso de Medicina quando eu era Prefeito. Talvez o método usado pelo Governador foi errado. A forma como ele se expressou para extinguir esse curso. Lutei de todas as formas para que não houvesse a extinção, mas não conseguimos êxito nesse intento.

Mas, também temos que ver que hoje o curso reabre numa outra condição. O hospital regional, 17 milhões, sendo finalizado este ano. Com toda certeza até o final do ano que vem já estarão comprados equipamentos e passará a funcionar dando respaldo efetivo para que o curso de Medicina seja um curso que efetivamente possa realizar as suas funções e seus objetivos, não só de formar médicos, mas também de melhorar a saúde em toda região. Quero saudar na condição de Deputado da Bancada do Governo esse evento de extraordinária importância para Ponta Grossa e a região dos campos gerais.

Mas, queria dizer também, Srs. Deputados, que o Governo Requião anunciou hoje pela manhã, a construção de 600 quadras esportivas espalhadas por todo Paraná. Escolas importantes em Ponta Grossa, como Regente Feijó, não tem quadra poliesportiva. Como o Epaminondas no bairro Palmeirinha que é de tradição das metalúrgicas, como o Colégio de Olarias. Escolas de Castro, são mais de 600 quadras que serão construídas e além disso, o Governo do Paraná vai construir 112 escolas nos municípios mais pobres do estado. Municípios que têm problemas, porque num mesmo prédio funciona uma escola estadual e municipal. Isso dá problemas. Doze dessas escolas são escolas-referência em regiões de baixo IDH. Escolas que terão tempo integral, quadras de esportes, piscinas. Todos nós que conhecemos o Paraná, todos os Deputados têm que saudar este grande momento, porque passa nosso estado, particularmente na Educação.

E eu aproveito, preciso falar uma coisa, o Governo tem que fazer duas coisas imediatamente para concluir esse plano - primeiro, aposentadoria para os pedagogos e Diretores - o Governador Requião assumiu esse compromisso, tenho certeza que superaremos questões jurídicas, Deputado Romanelli, e logo, logo, Deputada Cida, a senhora que é autora de uma emenda constitucional, que assinei junto com a senhora, nós estaremos comemorando...

(Término do tempo)

(A Sra. Presidente Cida Borghetti concede mais um minuto)

... do Governo, da base do Governo uma emenda constitucional que vai promover aposentadoria para os

Diretores e pedagogos, da mesma forma que para os demais professores.

E por último, para finalizar, eu espero que o Governador também tenha a sensibilidade para resolver a questão que aflige a 35 mil paranaenses, Deputado Valdir Rossoni, que é o curso do IESDE VIZIVALE, porque o Ministério da Educação está para assinar uma resolução que passa o poder para o Conselho Estadual e para a Secretaria Estadual e pessoalmente vou conversar com os demais Deputados, com o Governador Requião para que ele tenha postura firme para que possamos de uma vez por todas acabar com esta aflição, com esta angústia que aflige 35 mil paranaenses que fizeram curso na mais absoluta boa-fé.

É com este otimismo que subo à tribuna e cumprimento o Governo do Estado e a todos os setores, professores e funcionários da Educação do Paraná.

Desculpe, Deputado Tadeu, eu tinha muitos assuntos para falar, não pude oferecer o aparte, peço desculpas.

Muito obrigado, Sra. Presidente, Srs. Deputados.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Liderança do PMDB. Com a palavra o Deputado Caíto Quintana.

Liderança do PMDB: Deputado Caíto Quintana

O SR. CAÍTO QUINTANA

Cumprimento à Mesa, Srs. Parlamentares, primeiro quero parabenizar o Deputado Alysson, que assume no dia de hoje uma cadeira aqui na Assembléia Legislativa, que seja bem-vindo.

Ao mesmo tempo lamentar o passamento do Deputado Mamede, Deputado de convívio antigo de todos nós e um Deputado que o Deputado Romanelli e eu tivemos participação ativa no acompanhamento de sua doença, do seu guardamento e, seguramente, manteremos um apoio total aos seus compromissos.

Mas, Sra. Presidente, Srs. Deputados, estou encaminhando à Mesa, Deputado Valdir Rossoni, e gostaria de um apoio de todos os Parlamentares, num requerimento, Sra. Presidente, para que oficialmente a Assembléia fizesse isto, convidando o Presidente do Tribunal Regional Eleitoral para que ele venha até a Assembléia Legislativa e possa nos orientar sobre a uniformização que possa ter no Paraná do processo eleitoral que vai acontecer no dia 5 de outubro.

Por que isto, Sra. Presidente, Srs. Parlamentares? A Lei Eleitoral está muito ao sabor da decisão do Juiz da comarca. Nós que visitamos uma série de municípios no Paraná e que temos participação política em diversas comarcas, percebemos que não há uma uniformização do entendimento do que pode e o que não pode no processo eleitoral. Em cada comarca tem uma interpretação. Em cada comarca uma coisa pode, na comarca do lado não

pode. E eu acho que lei, na sua própria definição, é uma norma geral de conduta.

O Tribunal precisaria e até poderia aproveitar vindo aqui, o sinal da TV SINAL, para ampliar ao Paraná qual é a interpretação que a Justiça Eleitoral do Paraná fará com os respectivos Juizes Eleitorais das comarcas no comportamento da eleição do dia 5 de outubro. Isso evitaria uma série de transtornos, evitaria uma enxurrada de procedimentos de impugnação de candidatos nos 399 municípios que, multiplicados pelo número de Vereadores, dá uma quantidade enorme de processos possíveis de serem encaminhados para a Justiça Eleitoral, tumultuando o processo pela falta de uniformização da legislação eleitoral. Para que nós possamos colocar, em cada comarca, um procedimento igual. Pode, não pode, pode carro de som, não pode, qual é a altura, pode colocar painéis, não pode colocar painéis, pode fazer reunião pública, não pode fazer reuniões em local fechado, até que horas, como faz isso? Porque isso está gerando uma confusão muito grande, os municípios nos perguntam, não temos como informar, porque não existe padronização de comportamento das comarcas do estado do Paraná.

Então, seria muito importante que o TRE dissesse qual é a orientação para as eleições do dia 5 de outubro, que não pode ser visto como algo a ser cuidado como quem está cuidando de um cidadão que está praticamente um ilícito! A eleição é uma grande festa da democracia, a eleição é o momento do cidadão se manifestar a respeito das pessoas que ele quer para a sua Prefeitura, para a sua Câmara Municipal! No entanto, há um medo, porque não se tem certeza daquilo que se pode ou não fazer.

Por outro lado, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, seria muito importante que a Justiça Eleitoral dissesse claramente o que é candidato passível de impugnação e o que não é. Porque gerou no nosso Brasil, por divulgações constantes na imprensa, com o nome pejorativo de candidato ficha suja, e a sociedade que ouve, muitas e muitas vezes sem interpretar o que isso representa, é evidente que ela vai ter simpatia por esse processo, mas estamos contrariando toda e qualquer tradição do Direito brasileiro! Uma pessoa sem condenação, uma pessoa que seguramente no julgamento será absolvida, não se sabe se é um processo criminal, se é em processo civil, se é em processo fiscal, se é em processo eleitoral, afinal de contas o que constitui um cidadão que quer ser candidato em ficha suja, como se chama hoje, o que é isso? Se essa moda pega, e me parece que o Supremo Tribunal vai definir isso amanhã, se essa moda pega, porque isso foi estabelecido agora recentemente, mas na próxima eleição qualquer concorrente forte que vá disputar um mandato de Senador, Deputado Estadual, Federal, ou Governador, o seu adversário, meio ano antes, quatro meses antes, inventa um inquérito qualquer, abre uma investigação contra essa pessoa e essa pessoa está eliminada do processo eleitoral.

Acho que temos que tornar isso claro, afinal de contas a Justiça tem que dizer se ela tem competência para julgar isso! Já vi manifestações e é da Corte Superior, não é da Justiça do Paraná, dizendo que é critério do Juiz, é ele que vai avaliar as condições morais que uma pessoa tem para ser candidato ou não. Não, esperem aí! Quem vai avaliar as condições para que alguém seja eleito ou não é o voto do eleitor, porque senão vamos suprimir a eleição e deixar que se escolha os candidatos de preferência por quem estiver respondendo pela Justiça Eleitoral.

Então, acho muito importante, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, antes que o processo eleitoral deslanche na sua plenitude, que o Presidente do Superior Tribunal compareça aqui na Assembléia, a convite nosso, para que ele possa nos expor, nos colocar, afinal de contas, que orientação vamos colocar em cada município, contribuindo com a Justiça Eleitoral, porque seguramente isso vai diminuir a quantidade de processos de impugnação que vão tramitar em cada comarca do estado do Paraná.

Na verdade era isso, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, fiz questão de argumentar esse requerimento, para não parecer que nós tenhamos convocado, ou algo semelhante, o Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, pelo contrário, nós estamos convidando. Será um prazer para esta Casa recebê-lo, para que ele possa nos orientar em que procedimento a gente vai ter durante esse processo eleitoral. Aguardar que amanhã prevaleça o bom senso no Supremo Tribunal Federal e não se contrarie o princípio jurídico do Brasil, de que o cidadão tem que ter condenação para poder inclusive inscrever no rol dos culpados e, ser a partir daí impedido de disputas eleitorais.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Pela ordem o Deputado tadeu Veneri.

O SR. TADEU VENERI (PT) (**Pela Ordem**)

Como solicitei ao Deputado Péricles e comentei com ele de fazer uma lembrança, que nós entendemos que foi dito hoje na escola de Governo e tudo que foi proposto é extremamente correto, mas uma parte dessa história que precisa ser sempre lembrada, muito disso se deve, claro a sensibilidade do Governo e muito se deve à luta dos trabalhadores da educação, que durante esses seis anos foram incansáveis nas suas reivindicações, tanto a nível superior - eu lembro que a senhora quando era Presidente da Comissão da Educação acompanhou numa das Audiências Públicas que fizemos em Maringá, num momento em que a universidade estava sendo bastante questionada. Acho que hoje está de parabéns o Governo pela sua atitude, mas principalmente aqueles servidores que nunca deixaram de lutar pelo que entenderam serem os seus direitos.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Liderança da Oposição, com a palavra o Deputado Marcelo Rangel, por 10 minutos.

Liderança da Oposição: Deputado Marcelo Rangel (PPS)

O SR. MARCELO RANGEL

Agradeço, Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, senhores da imprensa, cidadãos do Paraná.

Ocupo o horário da Liderança da Oposição, agradecendo o Deputado Elio Rusch e o Deputado Valdir Rossoni, pela concessão desse horário, para deixar um registro sobre a nota encaminhada pela Agência Estadual de Notícias a respeito do reajuste dos professores do estado do Paraná: "Professor terá reajuste de 10% e servidores de escola ganham Plano de Carreira próprio."

Aconteceu um anúncio nessa semana, nessa segunda-feira, 10% Deputado Rusch, muito bom, mas na verdade poderia ser muito mais. O correto seria uma equiparação salarial, porque um professor tem salário inicial na ordem de R\$ 1 mil e 300 mais R\$ 350, enquanto que um servidor de carreira, um Servidor Público Estadual que também tem o curso superior tem o salário inicial de R\$ 2 mil e 150.

Então na verdade, o correto seria um aumento de 38%. Isso seria o justo, mas existe a Lei de Responsabilidade Fiscal nós entendemos. Agora o que não consigo entender, Deputado Valdir Rossoni, e aqui deixo o meu registro como Parlamentar representante também da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, é de que na nota da Agência Estadual de Notícias, diz assim: "Na próxima segunda-feira, o Sr. Governador vai enviar à Assembléia Legislativa projeto de lei que institui o aumento de 10% nos salários dos professores da educação básica."

Mas esse projeto já passou aqui pela Assembléia Legislativa. Melhor dizendo, nós já apresentamos seis emendas. A Bancada de Oposição da Assembléia já apresentou emendas nesse sentido. No primeiro semestre, Deputado Douglas Fabrício, V. Exa. do PPS apresentou uma emenda pedindo um reajuste para os professores na ordem de 19% e dos policiais também. Travamos aqui uma luta, uma batalha até altas horas da noite, aqui na Assembléia Legislativa, para que acontecesse um reajuste real aos professores e aos policiais. Dezenove por cento não foi aceito. Daí tentamos 15% e não aceitaram, sendo que a Bancada do Governo inclusive - em discursos enaltecidos - disse que isso era impossível e que a Bancada de Oposição estava usando inclusive de demagogia, que era demagogia pedir reajuste aos professores na ordem de 19% ou 15%. Apresentei também uma emenda, pela Bancada de Oposição, e está aqui: "Deputado Marcelo Rangel apresenta emenda que estabelece reajuste de 10%, referente à aplicação do índice acumulado da inflação de maio de 2007". Também não aceitaram e ficaram inclusive arrepiados. Não! Impossível! A Bancada de

Oposição quer algo absurdo! E agora, senhoras e senhores, não consigo entender, porque concederam o reajuste que a Bancada de Oposição sugeriu de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal e mais, estão encaminhando um projeto de autoria do Poder Executivo. Então, não consigo entender, porque quando nós propomos algo positivo para a população, para os cidadãos paranaenses, por sermos da Banca de Oposição, ou poucos Parlamentares que aqui ficam do lado esquerdo, que não chegamos a uma dezena, somos considerados demagogos, porque é impossível.

Aí, nós mandamos o projeto, muitas vezes é vetado, como aconteceu com um projeto de nossa autoria que reservava casas do Programa da Família para pessoas portadoras de deficiência, que foi vetado pelo Governador e depois de três ou quatro meses o mesmo projeto foi inicializado pelo Poder Executivo e agora os professores vão receber o reajuste de 10%, que foi uma proposta que nós já apresentamos no primeiro semestre! Aliás, nós pedimos mais, pois pedimos 19%, não conseguimos e pedimos 15%, não conseguimos e pedimos 10%, não conseguimos e ficou no 5% e agora eles estão mandando para a Assembléia um projeto que já passou por aqui.

Pois bem, nós vamos aprovar, porque é importante para os professores do estado do Paraná, mas podem ter certeza que vamos apresentar novamente as seis emendas pedindo mais. Não vamos pedir 10%, mas vamos pedir 19%, o que era a proposta inicial.

Gostaria de conceder um aparte ao Deputado Douglas Fabrício.

O Sr. Douglas Fabrício (PPS)

Deputado Marcelo, parabéns pelo seu pronunciamento!

Vou propor uma emenda pedindo 23% de aumento, até porque daqueles meses para cá já tivemos inflação e já diferenciou. Dizer que o Governo atende os nossos pedidos, mas um pouquinho atrasado, com uns três ou quatro meses de atraso, mas atende. Esse projeto, que o Governo está enviando aqui, que os professores estão ganhando esse aumento, primeiro parabenizar os professores e, em segundo, foi graças ao nosso trabalho como Deputados de Oposição, que cobramos do Governo para que desse esse aumento, que ele não quis dar naquela hora por causa daquela dorzinha-de-cotovelo, mas agora ele está cedendo e está oferecendo aumento aos professores. Espero que também tenha a mesma dorzinha-de-cotovelo e aumente também para os policiais militares e assim vamos melhorando o estado do Paraná.

É a Oposição trabalhando a favor do povo.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Muito obrigado.

Realmente. Também vamos enviar uma emenda para os policiais, para que o aumento também seja real para os policiais civis e militares.

Concedo um aparte ao Deputado Rossoni.

O Sr. Valdir Rossoni (PMDB)

Quero cumprimentar V. Exa. e dizer que as mesmas emendas que foram propostas para dar aumento aos professores e aos servidores públicos, nós vamos apresentá-las se agora o Governo, que já tardiamente, mas obedece e respeita as posições da Oposição. Nós tínhamos razão, mas apenas essa razão veio dois ou três meses mais tarde.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

É! Estamos notando que os nossos projetos, as nossas idéias não estão indo para o lixo. Muitas vezes esses projetos, tenho certeza absoluta disso, chegam ao poder Executivo para o veto ou para a sanção do Governo, o Governo pergunta de quem é o projeto, de qual Deputado. “É desse Deputado? Veto”. Não importa se é bom para o povo, se é bom projeto para os cidadãos; não importa, o que importa é se é da base do Governo, ou da base da Oposição.

Mas principalmente precisamos resgatar o respeito a esta Casa, ao Poder Legislativo constituído, o respeito que tem que vir do Poder Executivo para o Poder Legislativo constituído por voto popular. Se fosse diferente o Governador poderia indicar aqui para essas cadeiras assessores, não precisaria ter eleição, não precisaríamos estar aqui, apenas assessores poderiam assumir as nossas cadeiras para encaminhar os projetos somente do poder Executivo. Acho que o Parlamento é muito mais do que isso e nós merecemos sim respeito. Era isso Sra. Presidenta, muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Liderança do Governo. Com a palavra Deputado Romanelli.

Liderança do Governo: Deputado Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sra. Presidente, Deputada Cida Borghetti, sempre muito elegante, certamente a Assembléia tem uma Parlamentar tão bonita como V. Exa., com o maior respeito naturalmente dizendo isso. Mas Sra. Presidenta, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

Ora, sinceramente comecei hoje essa Sessão aqui, porque V. Exas. sabem, eu me preparei para falar amanhã, Deputado Waldyr Pugliesi, do nosso companheiro Mamede. E amanhã no horário do Grande Expediente Sra. Presidenta eu queria que a Mesa registrasse para que não ocorresse o que aconteceu hoje, de que hoje pela manhã alguém da nossa Bancada já se inscreveu e eu efetivamente acabei impossibilitado de poder falar sobre isso.

Mas, amanhã quero falar sobre o nosso grande companheiro Mamede e registrar, Deputada Beti Pavin, o que aconteceu, inclusive V. Exa. que compareceu ao sepultamento do nosso companheiro Mamede, como

compareceu o Deputado Pugliesi, o Deputado Cheida, Deputado Caíto Quintana, Deputados Federais, Alex Canziani, o ex-Deputado Federal que por muitos anos representou, e muito bem o município de Cambara, o Deputado Janene, além do Vice-Governador Orlando Pessuti, Governador Requião, o Presidente dessa Casa, o Deputado Nelson Justus, os Prefeitos, Vereadores da região. Mas amanhã nós falamos disso. Do Senador Álvaro Dias que deu demonstração de respeito à memória do Deputado Mamede. Mas nós falamos amanhã sobre Mamede.

Mas quero, Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Deputados, eu diria o seguinte: ouvi aqui tantos pronunciamentos hoje que eu teria que ter no mínimo 40 minutos, para poder responder aqui pelo menos brevemente alguns dos temas. Primeiro registrar aqui uma profunda dor-de-cotovelo, por quê? Por conta do anúncio feito pelo Governador Requião hoje em relação ao curso de Medicina na cidade de Ponta Grossa. E olha Jocelito, lembro quando V. Exa. lá no Palácio, ao lado do Governador Requião, do Ministro da Saúde, V. Exa. falando do curso de Medicina e o Governador Requião conversando com a Secretária Lygia Pupatto e iniciando as tratativas para poder de fato, com a construção do hospital regional, dos laboratórios, dos equipamentos, como aliás foi bem dito hoje pelo Reitor da UEPG, agora sim é possível implantar o curso de Medicina Deputado Rangel; diferente daquela ação política feita às vésperas da eleição, como foi feita no ano de 2002, mas o nosso Governo é um Governo com sensibilidade, mais do que tudo com responsabilidade. Por isso, entendo que, certamente, tanto o Deputado Péricles, que é Líder do Partido dos Trabalhadores, integra a Bancada de situação nesta Casa, o Deputado Jocelito teve uma participação direta nesse tema e gostei de ver V. Exa., Deputado Rangel, pelo menos foi mais elegante que o Deputado Plauto, foi à tribuna e aplaudiu a iniciativa. Entendo que é assim que deve se portar um Parlamentar mesmo. É uma conquista do povo pontagrossense, uma população que todos nós respeitamos.

Quero saudar o nobre Deputado Alysson, que vem com a força do voto, fez grande votação, filho do nosso querido Prefeito Toninho da Fazenda Rio Grande, jovem ainda, empreendedor, uma pessoa que, certamente, vai contribuir neste debate. Seja muito bem-vindo a esta Casa, Alysson! Para nós é muito importante.

Quero dizer, ainda, que hoje é um dia de alegria, de festa para todos nós porque olha, quantas vezes da tribuna desta Casa eu disse que íamos, dentro das possibilidades dos limites legais, conceder um aumento maior para os professores? Eu não disse isso aqui, Deputada Rosane? Disse. E V. Exas. foram àquela tribuna e eram os descrentes, os apóstolos do caos e, hoje, certamente, foram surpreendidos com o anúncio do Governador Requião do reajuste de 10%, reajuste real no salário dos professores da nossa rede pública estadual, reajuste também salarial dos docentes do ensino superior e o anúncio de um conjunto de ações e de obras, para reconhecer o

esforço que nossos professores fazem para melhorar a educação no estado do Paraná.

É um motivo de orgulho, Deputado Miltinho Pupio, participar de um Governo como o que nós participamos que se pauta, justamente, por promover melhores condições de trabalho e de salário para os professores, como também das outras categorias dos servidores públicos. Durante oito anos, neste estado, os servidores foram deixados à margem, como se fossem palhas, foram desconsiderados. Agora não, agora servidor público no Paraná é respeitado, tem dignidade e mais do que tudo tem salário e é uma massa salarial substancial.

Por óbvio, queria falar só sobre as coisas boas, mas ouvi, Deputado Elio Rusch, V. Exa. me desculpe, assume a Liderança da Oposição, mas já assume, sinceramente, cometendo equívocos, no mínimo. Deputado Elio Rusch, V. Exa. é um homem inteligente, sabe muito bem que, desde março de 2007, o Governo foi obrigado a editar um decreto proibindo a compensação de crédito de ICMS com precatório. O senhor sabe, também, que a imensa maioria das compensações ocorreu por decisão judicial de dívida de ICMS inscrita na dívida ativa e por decisões judiciais que, aliás, precatórios que furaram a ordem cronológica, que é motivo inclusive de contrariedade do Presidente do Tribunal de Justiça. Por isso que não há direito.

Desculpe, V. Exa. mas criar aqui na tribuna uma expectativa. Cada Prefeito está achando: "Olha, vou passar lá e vou pedir para o Deputado Elio Rusch para receber os meus R\$ 59 mil que eu tenho direito!" Olha, sinceramente, V. Exa., o dinheiro não entrou no caixa nem da Prefeitura e nem do Governo, Deputado Elio Rusch! V. Exa. é um homem inteligente, é um homem estudado, conhece as finanças, sabe muito bem como funciona essa regra. V. Exa. não pode promover a desinformação do conjunto não só dos Deputados, mas da opinião pública e, muito menos, dos Prefeitos. Não é possível!

A Lei Complementar nº 063/90 trata, na verdade, do produto da arrecadação de ICMS que não se completou, que não se completa com precatório, é precatório que não venceu, é dívida que não existe o dinheiro. Deputado Elio Rusch, V. Exa. quer tirar dinheiro da Saúde, quer tirar dinheiro da Educação. Olha, sinceramente, aqui, não é possível que V. Exa., que é um homem inteligente, estudado, possa fazer um raciocínio completamente enviesado e que não corresponde com a realidade.

Então, quero dizer que temos que ter, de fato, muita responsabilidade naquilo que fazemos para não criarmos, na verdade, a expectativa de alguma coisa que não existe por conta de que a compensação não aconteceu por vontade. E quero dizer que V. Exa., talvez sem saber, está aqui defendendo um lobby poderoso. V. Exa., talvez não saiba, mas existem hoje, e o Deputado Miltinho Pupio me alertava sobre isso, mais de R\$ 800 milhões de precatórios já liberados por decisão judicial para promoverem a compensação de crédito de ICMS que obedecem os pre-

catórios, a ordem cronológica. O senhor imagine o tamanho do rombo para o estado, Deputado Elio Rusch.

Então, V. Exa., sinceramente, que é um Parlamentar responsável, tome cuidado com as suas palavras, o universo escuta, tem interesses muito poderosos por detrás dessa indústria de pagar crédito de ICMS com precatório. É um problema muito grave, Deputado Elio Rusch, é querer subtrair justamente da execução das políticas públicas dinheiro que precisamos para a Educação, para a Saúde e para o desenvolvimento de outras atividades. Não podemos ceder aos espertalhões, nós temos que tomar muito cuidado quando se trata disso, tanto que o Governo editou um decreto em março de 2007 proibindo, não recebe mais.

Então, Deputado Elio Rusch, entendo que o senhor é um Parlamentar que estuda os temas, tem que se aprofundar, mas tem que saber que tem um outro lado e V. Exa., que é inteligente, vai estudar a matéria e poderá ver que muito provavelmente, está sendo induzido ao erro por alguém que tem interesse escuso, inclusive. V. Exa. é um homem que é preparado e é inteligente. Só alerta para isso, porque não tenho dúvidas, o que eles querem não é repassar 25% num precatório que não venceu para o município, o que eles querem, na verdade, é colocar a mão em R\$ 800 milhões. E, olha, é dinheiro!

Muito obrigado a todos.

O SR. ELIO RUSCH (DEM) (**Pela Ordem**)

Sra. Presidente, só quero informar a V. Exa. que eu gostaria também de me inscrever para amanhã no Grande Expediente, até para responder ao Deputado Romanelli. Estou muito consciente da denúncia que fiz e é uma questão de interpretação. O Deputado Romanelli fez menção a uma lei e eu faço menção à Lei Complementar nº 063 que é muito clara, independente se entra dinheiro ou não entra dinheiro, compensação: tem que depositar os 25% para o município.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sra. Presidente, eu queria uma tréplica aqui para o Deputado Elio Rusch, porque senão quando ele vai à tribuna e fala, eu não falo nada, tenho que escutá-lo.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Deseja inscrever-se nas Explicações Pessoais?

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Não. Eu só quero dizer a V. Exa. o seguinte...

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Então, os dois estão devidamente inscritos na ordem do dia de amanhã no Grande Expediente.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Não é isso. Ele na verdade fez um aparte, fez na verdade uma questão de ordem falando sobre um tema

que eu estava na tribuna. Ele não vai querer, na verdade, produzir aqui um debate paralelo.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Consulto V. Exa. se deseja inscrever-se em Explicações Pessoais no dia de hoje.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Não. Não preciso me inscrever em Explicações Pessoais, só que esta Casa tem um Regimento e o Deputado Elio Rusch, eu sei, é um escravo do Regimento.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Procede a questão de ordem de V. Exa. Deputado Elio Rusch, o senhor está devidamente inscrito e o Deputado Romanelli também.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Eu agradeço à Presidente, Deputada Cida Borghetti, foi essa a minha manifestação, mas infelizmente o Líder do Governo não entendeu.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Devidamente inscritos os dois Líderes para a ordem do dia de amanhã.

Ordem do Dia:

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Indicação nº 177/08, de autoria do Deputado Teruo Kato, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Secretário de Estado da Educação, a construção de quadra coberta no Colégio Estadual Santo Inácio de Loyola, no município de Terra Rica. **À Diretoria Legislativa para os devidos fins.**

Indicação nº 178/08, de autoria do Deputado Teruo Kato, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Secretário da Educação a construção de quadra coberta na Escola Estadual Santos Dumond, no município de Paranacity. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 179/08, de autoria do Deputado Teruo Kato, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Secretário da Educação a construção de quadra coberta no Colégio Estadual de Mandiocaba, no distrito de Mandiocaba. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Enio Verri, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Deputado Caíto Quintana, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1963, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, constante do expediente, solicitando licença para tratar de assuntos particulares pelo prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da presente data. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1ª Discussão

ITEM 01

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 850/07, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, que dispõe sobre a obrigatoriedade em restaurantes, bares, lanchonetes, quiosques, ambulantes e similares a utilizarem e fornecerem guardanapos e canudos de plástico individualmente e hermeticamente embalados em todo o estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CDHCDC E CAICTM. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado.** (Publ. no DA nº 159/07, de 10/12/07, em Projetos de Lei).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 850/07

P A R E C E R :

O projeto de lei de autoria do Deputado Stephanes Júnior, objetiva obrigar restaurantes, bares, lanchonetes, quiosques, ambulantes e similares e utilizar e fornecer guardanapos e canudos plásticos individualmente e hermeticamente embalados em todo o estado do Paraná.

Efetivamente, hoje em dia as condições de manipulação de guardanapos e canudos plásticos estão suscetíveis de contaminação, em razão da má manipulação desses produtos por parte dos funcionários desses estabelecimentos, inclusive muitas vezes devido à forma inadequada de exposição.

A Constituição Federal estabelece os direitos e garantias fundamentais e, por consequência, que cabe ao estado a defesa do consumidor, conforme artigo 5º XXXII, demonstrando a preocupação do legislador com as modernas relações de consumo.

Também o Código de Defesa do Consumidor regulamentou esse preceito constitucional e, reconhecendo a vulnerabilidade do consumidor, estabelece, em seu artigo

4º que: *A Política Nacional das Relações de Consumo tem por objetivo o atendimento das necessidades dos consumidores, o respeito à sua dignidade, saúde e segurança, a proteção de seus interesses econômicos, a melhoria de sua qualidade de vida, bem como a transparência e harmonia das relações de consumo, atendidos os seguintes princípios: I - reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor no mercado de consumo.*

Assim, considerando-se que o projeto ora analisado visa proteger a saúde e a qualidade de vida do consumidor, protegendo o ecossistema, vez que também visa estabelecer que o material empregado nas embalagens herméticas deverá ser obrigatoriamente ox-biodegradável, de acordo com o artigo 23-VI da Constituição Federal, que estabelece ser a matéria de competência comum.

Entretanto, o artigo 3º do projeto de lei analisado estabelece que o: *o Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 90 dias, ferindo o princípio constitucional da separação dos poderes.*

Ante o exposto, tendo em vista a constitucionalidade do presente projeto de lei, opinamos pela sua aprovação, na forma da emenda supressiva anexa.

Sala das Comissões, em 26/02/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

CAÍTO QUINTANA - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUPRESSIVA AO PROJETO DE LEI Nº 850/07

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, parágrafo 1º do Regimento Interno, fica suprimida parte da redação do artigo 3º do Projeto de Lei nº 850/07, que passa a ter a seguinte redação:

“Art. 3º O Poder Executivo regulamentará a presente lei.”

Sala das Comissões, em 26/02/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

CAÍTO QUINTANA - Relator

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA E DEFESA DO CONSUMIDOR PROJETO DE LEI Nº 850/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Stephanes Júnior, que dispõe sobre a obrigatoriedade da utilização e fornecimento de guardanapos e canudos de plásticos sejam individualmente e hermeticamente embalados em restaurantes, bares, lanchonetes, quiosques, ambulantes e similares em todo o estado do Paraná.

Legitimidade e legalidade

A Constituição Federal em seu “Capítulo I - Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos”, artigo 5º inciso XXXII, diz:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

(...)

XXXII - o estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor;

O Código de Defesa do Consumidor em seus artigos 4º inciso I e artigo 8 do Capítulo IV da Qualidade de Produtos e Serviços, da Prevenção e da Reparação dos danos Seção I da proteção à Saúde e Segurança dizem:

Art. 4º A política nacional das relações de consumo tem por objetivo o atendimento das necessidades dos consumidores, o respeito à sua dignidade, Saúde e Segurança, a proteção de seus interesses econômicos, a melhoria da sua qualidade de vida, bem como a transparência e harmonia das relações de consumo, atendidos os seguintes princípios:

I - reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor no mercado de consumo;

Art. 8º Os produtos e serviços colocados no mercado de consumo não acarretarão riscos à Saúde ou Segurança dos consumidores, exceto os considerados normais e previsíveis em decorrência de sua natureza e fruição, obrigando-se os fornecedores, em qualquer hipótese, a dar as informações necessárias e adequadas a seu respeito.

O referido projeto de lei, demonstra consonância com a nossa Magna Carta em seu artigo 5º inciso XXXII, e com a nosso Código de Defesa do Consumidor em seus artigos 4º inciso I e artigo 8º, respeitando-as em seus objetivos propostos.

Conclusão

O presente projeto de lei, encontra-se em conformidade com as normas constitucionais, demonstrando legitimidade por parte deste Poder para tratar da matéria ora em análise.

E, não havendo nenhum óbice constitucional, nenhuma disposição contrária e a importância do tema em questão, a proteção a saúde, a qualidade de vida do consumidor e ao meio ambiente, visto que no artigo 1º parágrafo único do presente projeto de lei normatiza que: *o material a ser empregado nas embalagens herméticas, deverá ser oxi-biodegradável, obrigatoriamente.*

Diante do exposto, esta Comissão é de parecer favorável a presente Redação Provisória de Lei nº 850/07, que dispõe sobre a obrigatoriedade em restaurantes, bares, lanchonetes, quiosques, ambulantes e similares a utilizarem e fornecerem guardanapos e canudos de plásticos individualmente e hermeticamente embalados em todo o estado do Paraná, de autoria do nobre Deputado Estadual Stephanes Júnior.

Sala das Comissões, em 25/06/08.

(aa) CLEITON KIELSE - Presidente
RENI PEREIRA - Relator

COMISSÃO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO PROJETO DE LEI Nº 850/07

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 850/07, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, que dispõe sobre a obrigatoriedade em restaurantes, bares, lanchonetes, quiosques, ambulantes e similares e utilizarem e fornecerem guardanapos e canudos de plásticos individualmente e hermeticamente embalados em todo o estado do Paraná.

A proposição já recebeu parecer favorável da d. Comissão de Constituição e Justiça, quanto à legalidade e constitucionalidade da mesma. Chamada a opinar, a Comissão de Indústria, Comércio e Turismo entende que a proposição irá evitar que, através do manuseio de guardanapos e canudos, o nosso consumidor possa contrair contaminação danosa a sua saúde.

Sendo assim esta comissão, emite seu parecer favorável à Proposição nº 850/07.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08/04/08.

(aa) EDGAR BUENO - Presidente

LUIZ FERNADES LITRO- Relator

ITEM 02

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 020/08, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná à Sra. Kaneko Ikeda. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. (Publ. no DA nº 004, de 13/02/08, em Projetos de Lei).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 020/08

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Nishimori, concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná à Sra. Kaneko Ikeda.

O presente projeto é constitucional, uma vez que não fere dispositivos da Constituição no que diz respeito à competência legislativa concorrente entre união, estados e distrito federal.

O Projeto é legal, pois está amparado pela Lei nº 13115/01, alterada pela Lei 14677/05 que, em seu artigo 2º determina:

Art. 2º Cabe exclusivamente aos partidos políticos com assento na Assembléia Legislativa apresentarem projetos de lei concedendo títulos de Cidadão Honorário ou Cidadão Benemérito no estado do Paraná.

§ 1º Cada partido político poderá representar até 8 (oito) títulos de Cidadão Honorário ou Benemérito, a sua escolha, por legislatura.

Quanto à técnica legislativa, foram observadas todas as disposições pertinentes à Lei Complementar nº 095/98.

Portanto, chamada esta relatoria a se manifestar, e não havendo óbices de natureza constitucional, regimental, somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 11/06/08.
(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

Em discussão. Em votação.

O SR. LUIZ NISHIMORI (PSDB)

Para encaminhar, Sr. Presidente?

(Assentimento)

(Lê):

“Sra. Presidente Cida Borghetti e Srs. Deputados.

Ao propor o título de Cidadã Honorária para a Sra. Kaneko Ikeda, tive como propósito apresentar à essa senhora uma honraria que não é outra coisa senão o reconhecimento da segunda maior comunidade nipo-brasileira deste país, a comunidade do Paraná.

A Sra. Kaneko Ikeda, é uma líder incontestada das atividades sociais que se realizam no mundo através da Soka Gakkai Internacional - SGI, uma Organização Não Governamental filiada à Organização das Nações Unidas, atuando em 190 países e regiões do mundo inteiro. Juntamente com seu marido Daisaku Ikeda, Presidente do Soka Gakkai Internacional, ajudou na campanha de arrecadação de fundos para os refugiados asiáticos e africanos em 1973, cujo valor arrecadado foi encaminhado para o escritório do alto comando das nações unidas, para atender refugiados e outras instituições mantidas pela ONU.

Visitou mais de 40 nações, sempre participando da luta pela paz mundial e pelo estreitamento do relacionamento entre os países através de intercâmbios culturais e educacionais internacionais.

É Cidadã Honorária dos estados do Rio de Janeiro, Distrito Federal, Mato Grosso, e de dezenas de municípios brasileiros entre eles: Apucarana, Assaí, Cornélio Procopio, Londrina, Nova América da Colina, Nova Santa Bárbara, Rancho Alegre, Santa Cecília do Pavão, Santa Mariana, São Sebastião da Amoreira, Sertaneja e Uraí, todos no estado do Paraná.

Por essa razão, encarecemos aos nobres Pares, para que votem pela aprovação do presente projeto de lei que dará o título de Cidadã Honorária, com muita justiça para a Sra. Kaneko Ikeda.

Muito obrigado.”

Portanto peço aos Deputados que votem sim. Contamos com vocês.

Obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Por se tratar de título de Cidadania a votação será efetuada através do painel eletrônico. Os que forem a favor digitem SIM e os contrários NÃO.

Encerrada a votação.

Trinta e quatro Deputados votaram SIM. **Aprovado.**

ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 090/08, de autoria do Deputado Ademar Luiz Traiano, determina o uso de urna em escolas públicas e particulares do estado do Paraná, para o recebimento de denúncias de violência praticada contra crianças e adolescentes. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CECECT e CSP. **Aprovado. (Publ. no DA nº 019/08, de 17/03/08, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 090/08

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Ademar Traiano, determina o uso de urna em escolas públicas e particulares do estado do Paraná, para o recebimento de denúncias de violência praticada contra crianças e adolescentes.

O projeto de lei ora analisado não encontra nenhum óbice constitucional, tendo respaldo na Constituição Federal, que assegura:

Art. 24. Compete à união, aos estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

XV - proteção à infância e à juventude;

§ 2º A competência da união para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos estados.

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do estado, assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Já a Constituição Estadual diz:

Art. 53. Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do estado, especificamente:

(...)

X - criação, estruturação e definição de atribuições das Secretarias de Estado;

(...)

XVII - matéria da legislação concorrente da Constituição Federal.

Art. 216. É dever da família, da sociedade e do estado assegurar à criança, ao adolescente e ao deficiente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionaliza-

ção, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (grifo nosso)

Dentro desse paradigma, verifica-se que a proposição intentada encontra-se dentro dos ditames legais e constitucionais. Quanto à técnica legislativa, foram observadas todas as disposições pertinentes à Lei Complementar nº 095/98.

Portanto, chamada esta relatoria a se manifestar, somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 07/05/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA,
ESPORTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Relatório

O presente projeto de lei, consiste em disponibilizar urnas em escolas públicas e particulares, para que crianças e adolescentes possam expor problemas sofridos em relação a violência e que especialistas e responsáveis possam auxiliá-las.

Parecer do Relator

Um estudo das Nações Unidas revelou que a violência contra crianças está presente em todas as classes sociais e culturais. De acordo com o documento, 53 mil crianças foram mortas em 2002. E pelo menos 80% de meninos e meninas em todo mundo sofreram lesões corporais.

O ato de uma criança ou adolescente depositar em uma urna a violência sofrida, é algo que deve ser levado muito a sério, pois um dos problemas para denunciar a violência sofrida pelos menores é o medo. Neste momento pode estar se rompendo a relação de dependência entre a vítima da violência e o seu agressor.

O medo da própria criança, o que se vê frequentemente em situações, que o perpetrador da violência contra ela são membros da família, parentes, pessoas que realmente têm o papel de fazer crescer e proteger dentro da sociedade. A violência acontece muito perto da realidade cotidiana das pessoas.

O projeto de lei é sem dúvida um instrumento de apoio e solidariedade às crianças e adolescentes.

Pelo exposto, meu parecer é favorável ao projeto de Lei nº 090/08.

Sala das Comissões, em 20/05/08.

(aa) PÉRICLES DE MELLO - Presidente
TERUO KATO - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
PROJETO DE LEI Nº 090/08

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, do Deputado Ademir

Traiano, que determina o uso de urna em escolas públicas e particulares do estado do Paraná, para o recebimento de denúncia de violência praticada contra crianças e adolescentes.

A matéria já recebeu análise, quanto a constitucionalidade, da Comissão de Constituição e Justiça. A Comissão de Segurança Pública foi chamada para analisar o mérito, entendemos que o projeto de lei tem por finalidade efetivar os direitos das crianças e adolescentes vítimas de violência que possa prejudicar seu desenvolvimento físico, mental, moral e social. Com a instalação das urnas nas escolas facilita as denúncias, tornando mais fácil para as vítimas ou interessados a sua comunicação com as autoridades competentes.

Isto posto, opinamos pela aprovação do projeto.

Sala das Comissões, em 20/05/08.

(aa) MAURO MORAES - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 192/08, de autoria do Deputado Edgar Bueno, obriga a apresentação de documento de identidade no pagamento das despesas com cartão de crédito, e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CDHDC. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 046/08, de 07/05/08, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 192/08

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Edgar Bueno, tem como escopo obrigar a apresentação de documento de identidade para o pagamento de qualquer despesa a ser efetuada com cartões de crédito e cartões corporativos, bem como a assinatura de seu titular nas faturas, boletos ou extratos de pagamento. O próprio autor do projeto apresentou uma emenda substitutiva geral, com o objetivo de incluir os cartões de débito e cartões com senha entre os abrangidos pela lei.

Fundamentação

Inicialmente, devemos observar o artigo 5º da Constituição Federal, que estabelece que o estado deve promover a defesa do consumidor:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

(...)

XXXII - o estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor; (grifo nosso)

A própria Constituição Federal também estabelece, em seu artigo 24, inciso V, a competência concor-

rente da união, estados e Distrito Federal para legislar sobre produção e consumo:

Art. 24. Compete à união, aos estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

V - produção e consumo;

§ 1º No âmbito da legislação concorrente, a competência da união limitar-se-á a estabelecer normas gerais.

§ 2º A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos estados.

§ 3º Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades (grifos nossos)

A Constituição Estadual, por sua vez, em seu artigo 145, estabelece o dever do estado de promover a defesa dos direitos sociais do consumidor:

Art. 145. O estado, por lei e ação integrada com a união, municípios e a sociedade, promoverá a defesa dos direitos sociais do consumidor, através de sua conscientização, da prevenção e responsabilização por danos a ele causados, democratizando a fruição de bens e serviços essenciais. (grifos nossos)

Desta forma, a união possui competência para estabelecer normas gerais sobre produção e consumo, enquanto os estados possuem competência suplementar.

E o que seria legislar de forma suplementar?

Conforme Manoel Gonçalves Ferreira Filho, forma suplementar é uma subespécie da competência concorrente; é aquela que preenche os vazios da norma geral; para alguns ela é “complementar”. Assim, a união deve estabelecer normas gerais e os estados podem legislar de forma suplementar, complementando as normas da união, mas não invadindo sua competência.

A Constituição Federal estabelece ainda que, caso não haja lei federal que estabeleça normas gerais, os estados podem exercer a competência legislativa plena e que, caso haja lei estadual contrária a uma norma geral federal, a lei estadual será suspensa. Desta forma, caso haja norma federal que aborde o assunto em questão o estado possui competência para legislar de forma complementar, caso contrário possui competência plena para legislar sobre o assunto.

A união já exerceu sua competência legislativa ao elaborar o Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8078/90).

Art. 55. A união, os estados e o Distrito Federal, em caráter concorrente e nas suas respectivas áreas de atuação administrativa, baixarão normas relativas à produção, industrialização, distribuição e consumo de produtos e serviços.

§ 1º A união, os estados, o Distrito Federal e os municípios fiscalizarão e controlarão a produção, industrialização, distribuição, a publicidade de produtos e serviços e o mercado de consumo no interesse da preservação da vida, da saúde, da segurança, da infor-

mação e do bem-estar do consumidor, baixandoas normas que se fizerem necessárias. (grifos nossos)

Ocorre que o Código de Defesa do Consumidor não prevê a matéria cujo é objeto o projeto de lei em análise, ou seja, a obrigatoriedade da apresentação de documento de identidade nas compras utilizando cartão.

A exigência feita pelo projeto de lei em tela é justamente o exercício da competência suplementar por parte do estado. O estado vem complementar a lei federal que regula as relações de consumo, visando dar mais segurança ao consumidor.

Ainda, quanto à técnica legislativa utilizada, não encontramos óbice na Lei Complementar nº 095/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

Conclusão

Diante do acima exposto, tendo em vista a legalidade e constitucionalidade apresentadas, opinamos pela aprovação do projeto de lei em análise, na forma da emenda substitutiva geral apresentada pelo autor.

Sala das Comissões, em 24/06/08.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente

DOUGLAS FABRÍCIO - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 192/08

Com fulcro no que autoriza os artigos 137, parágrafo 2º e 141, II, e com objetivo de incluir os cartões de débito e cartões com senha entre os abrangidos pelo seu texto, fica alterada a redação do Projeto de Lei nº 192/08, que passa a contar com a seguinte redação:

Art. 1º Torna-se obrigatória, no estado do Paraná, a apresentação de documento de identidade para o pagamento de qualquer despesa a ser efetuada com a utilização de cartões de crédito, cartões de débito e cartões corporativos, bem como assinatura de seu titular nas faturas, boletos ou extratos de pagamento quando da realização das referidas despesas.

§ 1º À falta do documento de identidade, poderá ser apresentado documento oficial similar com foto.

§ 2º Na via de pagamento destinada ao estabelecimento deve ser anotado o respectivo número do documento oficial apresentado pelo titular do cartão.

Art. 2º Como medida de segurança e proteção patrimonial nas relações de consumo e visando a evitar possíveis fraudes ou o cometimento de qualquer outro tipo penal pertinente, as empresas e estabelecimentos comerciais e financeiros que trabalham com cartões de crédito, cartões de débito e cartões corporativos deverão exigir, obrigatoriamente, a apresentação do documento de identidade, assumindo a responsabilidade do ônus no caso de descumprimento.

Parágrafo Único. No caso de recusa da apresentação do documento de identidade, as empresas e estabelecimentos comerciais e financeiros poderão negar ou

desfazer a venda do produto ou a prestação do serviço anteriormente acordado, ou exigir outra forma de pagamento.

Art. 3º Executam-se desta lei as compras por telefone e via internet.

Art. 4º Esta lei entra em vigor após 90 (noventa) dias da data de sua publicação.

Parágrafo Único. O período compreendido entre a data da publicação e da entrada em vigor da lei ficará destinado para as empresas ou estabelecimentos informarem seus clientes da necessidade de apresentação do documento nas compras utilizando cartão.

Sala das Comissões, em 06/05//08.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente
EDGAR BUENO - Relator

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR PROJETO DE LEI Nº 192/08

P A R E C E R :

Trata o Projeto de Lei nº 192/08 de iniciativa do nobre Deputado Estadual Edgar Bueno com o escopo de obrigar a apresentação de documento de identidade para o pagamento de qualquer despesa efetuada com cartões de crédito, de débito, cartões corporativos e com senha, bem como assinatura de seu titular nas faturas, boletos ou extratos de pagamento. O nobre Deputado Edgar Bueno apresentou emenda substitutiva geral ao projeto, o qual, seguindo seu trâmite regimental, recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, sendo considerada aprovada a emenda substitutiva geral tendo em vista a legalidade e constitucionalidade.

Chamada essa Comissão Permanente para opinar sobre o projeto de lei no que se refere aos direitos dos consumidores esse Relator apresenta o parecer favorável ao trâmite regular. O projeto de lei garantirá maior segurança às pessoas, ao seu patrimônio e às relações de consumo, garantindo assim efetiva aplicação do Direito do Consumidor, medida que se faz necessária tendo em vista o número cada vez maior de fraudes e outros delitos que envolvem as compras com cartões no estado do Paraná.

De tal sorte que o projeto de lei, no que tange à competência dessa Comissão, merece todo o apoio dos Deputados, devendo ser encaminhado em plenário para a apreciação do mérito.

Sala das Comissões, em 08/07/08.

(aa) RENI PEREIRA - Presidente
LUIZ EDUARDO CHEIDA - Relator

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 250/08, de autoria do Deputado Nereu Moura, que dispõe sobre plano de erradicação e substituição de árvores da espécie Murta em todo o estado do Paraná, conforme especifica. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA

CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 062/08, de 04/06/08, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 250/08

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto apresentado pelo Deputado Nereu Moura propõe a erradicação e substituição de arbustos da espécie Murta em todo o estado do Paraná tendo em vista se tratar de planta hospedeira da bactéria *Candidatus liberibacter ssp*, disseminada pelo inseto vetor *Diaphorina citri*, transmissor da praga denominada Huanglongbing (HLB - Greening), ou seja, mais conhecida por doenças cítricas.

Para elucidar a matéria consultamos o site www.jardineiro.net e o Dicionários Eletrônico Wilkpédia e obtivemos melhores informações técnicas sobre a planta hospedeira citada pelo projeto de lei, denominada Murta, importantes para o entendimento do que se trata a doença e o tipo de arbusto identificado como o hospedeiro do inseto transmissor da praga que atinge as plantações cítricas no Paraná e outros estados brasileiros, *literis*.

Nome Científico: *Murraya paniculata*; *Sinonímia*: *Chalcas paniculata*, *Murraya exótica*, *Chalcas exótica*; Nome Popular: Murta-de-cheiro, murta, murta-da-índia, murta-dos-jardins, jasmim-laranja, dama-da-noite. Família: Rutaceae; Divisão: Angiospermae; Origem: Índia e Malásia, sul e Sudeste da Ásia; Ciclo de Vida: Perene: A murta-de-cheiro é um arbusto ou arvoreta, que pode alcançar até 7 metros de altura. Muito utilizada para a formação de cercas-vivas, a murta-de-cheiro apresenta ramagem lenhosa e bastante ramificada. Suas folhas são pinadas, com 3 a 7 folíolos pequenos, elípticos, glabros, perenes, brilhantes e de coloração verde-escuro. Durante, todo o ano produz inflorescências terminais, com flores de coloração branca ou branca-creme, com perfume que lembra jasmim e flor-de-laranjeira. Os frutos são do tipo baga, oblongos, carnosos, pequenos, de coloração vermelha e alaranjada e são muito atrativos para os pássaros.

Na antiguidade, os ramos floridos de murta-de-cheiro eram usados para confeccionar arranjos que adornavam os cabelos das noivas. Adequada para cercas vivas formais ou informais, ela apresenta rápido crescimento quando jovem, que vai decrescendo com a idade, reduzindo sua manutenção. Para a formação de cercas vivas, plante as mudas distanciadas em um metro umas das outras. Também é adequada para a arte do bonsai, devido as folhas pequenas e floração decorativa.

A murta-de-cheiro é sensível a conchonilhas, pulgões, nematódios, mosca-branca e clorose férrica. Além disso é hospedeira do psíldeo *Diaphorina citri*, transmissor do Greening dos Citros (doença causada pela bactéria *Candidatus Liberibacter americanus*). Esta doença causa sérios prejuízos econômicos à citricultura, motivo

que levou algumas cidades a realizarem programas de erradicação da murta-de-cheiro do paisagismo urbano e rural. Devido a facilidade de propagação pode tornar-se invasiva. (grifei).

O propósito maior do presente projeto de lei é erradicar essa planta vilã na medida em que se configura em ambiente propício para a proliferação do temido inseto causador de doenças que ameaçam e destroem a citricultura.

Quanto a importância do projeto dispensa maiores comentários sendo de todo evidente a necessidade da sua iniciativa por membro desta Casa de Leis visando minimizar o problema. Sob essa ótica resta saber se o projeto de lei proposto pelo nobre Deputado Nereu Moura atende aos pressupostos da constitucionalidade das leis, sua legalidade bem como os da Lei Federal nº 095/98 que estabelece o regramento da boa técnica legislativa.

Fundamentação

Segundo dicação do artigo 24 da Constituição Federal, *literis*:

Art. 24. Compete à união, aos estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

VI - Florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição."

A matéria está contemplada pelo legislador constitucional e definida como competência concorrente da união, estados e Distrito Federal. Tanto o legislador constitucional quanto o estadual e a alta corte do judiciário digeriu a matéria esclarecendo que as matérias sujeitas ao domínio da legislação concorrente podem ser objetos de regulamentação legislativa pelos entes enumerados e nesta esteira a Constituição Estadual regulamentou a competência constitucional concorrente da Assembleia Legislativa no artigo 53, inciso XVII, *literis*:

Art. 53. Cabe à Assembleia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do estado, especificamente:

...

XVII - matéria da legislação concorrente da Constituição Federal.

Em assentada Jurisprudência da Suprema Corte deste país - Supremo Tribunal Federal - STF, já se decidiu sobre matéria correlata assim prelecionada:

Transporte coletivo intermunicipal. Exigência de adaptação dos veículos. Matéria sujeita ao domínio da legislação concorrente. Possibilidade de o estado-membro exercer competência legislativa plena. Medida cautelar deferida por despacho. Referendo recusado pelo Plenário. (STF - ADI 903-MC - Rel. Min. Celso de Mello - DJU 24/10/97). Referência Legislativa CF: Art. 24, XIV. DTZ 1110042. (grifamos)

A Constituição do Estado do Paraná, em seu artigo 65, confere a Assembleia Legislativa, entre outras entidades, a iniciativa das leis complementares e ordinárias, *literis*:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Portanto a própria Constituição Estadual em seu artigo 66 que fixa as matérias de competência privativa do estado não veda a iniciativa da Assembleia Legislativa em legislar sobre as leis ordinárias e complementares concorrentemente com o estado-membro e o Executivo Federal prevista no artigo 53, inciso XVII, remissivo ao artigo 24 da CF.

Da Legitimidade e Legalidade

Como a Constituição Mãe (*Lex mater*) define a competência privativa da união para legislar certas matérias, bem assim, a Constituição de nosso estado seguindo o mesmo critério constitucional da Carta Mãe, estabeleceu competência privativas e as suplementares (concorrentes), *in casu*, em seu artigo 53, XVII, c/c o 66 que não veda a iniciativa ora pretendida.

Entendendo que a regra quanto à competência privativa, concorrente ou suplementar é constitucional estendendo-se a mesma regra à competência da Assembleia Legislativa às matérias que não lhe são vedadas no artigo 66 da Constituição Estadual - CE, concluo revestir-se da constitucionalidade a iniciativa de Projeto de Lei de membro da Assembleia Legislativa de matéria prevista no artigo 24, VI, da CF.

Assim fortalecidos neste entendimento cumpre interpretar a Constituição Estadual - CE, que não pode diferir a regra da hermenêutica Constituição Federal, pois se assim fosse, constitucional não seria.

No mérito

Por este vértice podemos aplicar no caso vertente a mesma regra sem ferir critérios de interpretação Constitucional.

O projeto do nobre Deputado Nereu Moura propõe a erradicação de uma planta comprovadamente causadora de danos às plantações de natureza cítrica causando prejuízos irreparáveis à economia do setor. Portanto meritório o projeto de lei.

Levando-se em conta que o projeto propõe a proibição do plantio desse tipo de arbusto criando impactos de toda ordem nas mais diversas regiões do estado; considerando ainda que o artigo 5º do projeto de lei utiliza a expressão autorizado em relação ao executivo somos de parecer que referido artigo deva ser emendado e neste viés transcrevemos a proposição da emenda apresentada por essa douta CCJ, *literis*:

Art. 5º Fica a critério do Chefe do Poder Executivo a celebração do convênio de cooperação com Órgãos Públicos Federais e Municipais, além de instituições pri-

vadas, ficando a critério do mesmo o estabelecimento de parcerias tanto para a conscientização da importância do programa, como também para o custeio das despesas decorrentes da medida.

A razão de aderirmos a emenda da CCJ se dá tendo em vista que não cabe a Assembléia Legislativa como ente autônomo dentro da tripartição dos poderes autorizar por lei, mesmo que auferida sua constitucionalidade, o Poder Executivo a fazer ou deixar de fazer alguma coisa sob pena de ferir princípios de separação dos poderes políticos.

Considerando que o referido artigo flexibiliza o estabelecimento de parcerias tanto para a conscientização da importância do programa quanto para a viabilização de custeios das despesas decorrentes da medida, não vemos necessidade das justificativas do impacto financeiro, não havendo, portanto nenhum óbice, o que significa dizer que não haverá nenhum impacto orçamentário ressalvado as despesas ordinárias, ônus esse já previsto na LOA e LDO.

Considerando-se, portanto que a Constituição Estadual, neste caso, por exclusão não criou vedação ao Legislativo Estadual, ao mesmo tempo em que a Constituição Federal atribuiu competência concorrente ao estado-membro, a Assembléia Legislativa por seus Pares valendo-se dessa prerrogativa pode e deve legislar matéria desta natureza.

Com a emenda modificativa apresentada em anexo, entendo que o projeto de lei enquadra-se dentro dos parâmetros emanados da Lei Federal nº 095/98 que trata da boa técnica legislativa no que acolho a proposta como perfeitamente constitucional e legal.

Conclusão

Diante da constitucionalidade aferida do presente projeto, somos de parecer pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 08/07/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
ARTAGÃO JÚNIOR - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 250/08

“Art. 5º Fica a critério do Chefe do Poder Executivo a celebração do Convênio de Cooperação com Órgãos Públicos Federais e Municipais, além de instituições privadas, ficando a critério do mesmo o estabelecimento de parcerias tanto para a conscientização da importância do programa, como também para o custeio das despesas decorrentes da medida.”

Sala das Comissões, em 01/07/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
ARTAGÃO JÚNIOR - Relator

Requerimentos

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1948, de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1949 e 1950, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1952, de autoria do Deputado Antonio Belinati, com apoio do Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1953, de autoria do Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1954, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1958, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1959 e 1960, de autoria do Deputado Nereu Moura, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1961 e 1962, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1964 a 1968, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1972, de autoria do Deputado Alexandre Curi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1973, de autoria do Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 06, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 850/07, 020, 090, 192, 250 e 286/08.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 326/07.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:**Diretoria Geral****Portarias****PORTARIA Nº 176/08**

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 6655, datado de 22/07/08, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de DELMINDA APARECIDA HENRIQUE WATANABE, matrícula nº 40092, portadora do RG 647.043-2/PR e do CPF 470.159.939-53, funcionária estável do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, admitida em 13/03/81, ocupante do cargo de Consultor Jurídico, nível NUE-06, lotada no Gabinete da Procuradoria Geral, a incorporação do tempo de 01 (um) ano referente a dois quinquênios, assegurados pelo parágrafo 3º, do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 020/98 e nos termos do artigo 248 da Lei Estadual nº 6174/70, vigente à época, por não haver se afastado do exercício de suas funções pelo período compreendido entre 13/03/81 e 13/03/86 e no período de 14/03/86 a 14/09/90, antecipado em razão da incorporação do período anterior.

Gabinete da Diretoria Geral, em 30/07/08.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 177/08

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 6777, datado de 29/07/08, deste Poder,

R E S O L V E :

revogar, a partir do dia 01/08/08, a Portaria nº 037/08, publicada no Diário da Assembléia nº 12, no dia 03/03/08, que colocou à disposição da Prefeitura Municipal de Curitiba, os serviços do funcionário VANDERLEI NORBERTO REBELO, matrícula nº 100, para exercer o cargo de comissão de Assessor Técnico, tendo em vista que o mesmo solicitou sua exoneração do mencionado cargo.

Gabinete da Diretoria Geral, em 30/07/08.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 178/08

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 6479, datado de 16/07/08, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder a ADIR JOÃO BENATO, matrícula 40845, portador do RG 456.410/PR e do CPF 299.184.219-91, admitido em 01/06/89, exercendo o cargo de Motorista, nível NBA-01, lotado na Coordenadoria de Segurança, licença remunerada para fins de aposentadoria, nos termos do artigo 2º e parágrafo único da Lei Estadual nº 14502, de 17/09/04.

Gabinete da Diretoria Geral, em 30/07/08.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 179/08

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 6725, datado de 24/07/08, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de ADENIR NEVES ROCHA, matrícula nº 40235, portadora do RG 1.885.035-4/PR e do CPF 173.393.329-87, funcionária estável do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, admitida em 03/08/83, ocupante do cargo de Técnico em Contabilidade, nível NTC-03, a incorporação do tempo de 06 (seis) meses referente ao dobro de uma licença especial, por não haver se afastado do exercício de suas funções pelo período compreendido entre 03/08/83 e 03/08/88, assegurado pelo parágrafo 3º, da Emenda Constitucional nº 020/98 e nos termos do artigo 248 da Lei Estadual nº 6174/70, vigente à época.

Gabinete da Diretoria Geral, em 30/07/08.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 182/08

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 6606, datado de 18/07/08, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder licença maternidade à servidora deste Poder Legislativo, TATIANE DELEIDE BARROS, matrícula nº 3588, de 120 (cento e vinte) dias, a partir de 19/06/08 com término em 16/10/08, CID.10 O.80.0.

Gabinete da Diretoria Geral, em 05/08/08.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 183/08

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 6787, datado de 29/07/08, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder licença maternidade à servidora deste Poder Legislativo, PRISCILA GOMES BARBAO ROMERO, matrícula nº 6164, de 120 (cento e vinte) dias, a partir de 23/06/08 com término em 22/10/08, CID.10 O.80.0.

Gabinete da Diretoria Geral, em 05/08/08.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 184/08

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 6466, datado de 16/07/08, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder licença maternidade à servidora deste Poder Legislativo, RAFAELA NASCIMENTO PASSOS DA SILVA, matrícula nº 7811, de 120 (cento e vinte) dias, a partir de 01/08/08 com término em 29/11/08, CID.10 O.80.0.

Gabinete da Diretoria Geral, em 05/08/08.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 186/08

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 6818, datado de 30/07/08, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder licença para tratamento de saúde à servidora deste Poder Legislativo, LIDIA SPEZIA CATTEL, matrícula nº 40622, de 180 (cento e oitenta) dias, a partir de 17/07/08 com término em 11/01/09, CID.10 F 32.2.

Gabinete da Diretoria Geral, em 06/08/08.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 187/08

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 6855, datado de 01/08/08, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder licença para tratamento de saúde à servidora deste Poder Legislativo, LUCIA MARIA DA VEIGA SEGALL, matrícula nº 2443, de 15 (quinze) dias, a partir de 01/08/08 com término em 16/08/08, CID.10 F 43.0.

Gabinete da Diretoria Geral, em 06/08/08.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

Atas de Comissão

Constituição e Justiça

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA ATA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e quatro dias do mês de junho do ano de dois mil e oito, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Caíto Quintana e com a presença dos Srs. Deputados: Artagão Júnior, Douglas Fabrício, Edson Strapasson, Francisco Bühner, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Nereu Moura, Tadeu Veneri e Dr. Batista. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a ata da última reunião ordinária em discussão e votação - APROVADA, com pedido de dispensa de leitura pelo Deputado Nereu Moura. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei Complementar nº 008/08 de autoria do Deputado Geraldo Cartário. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Francisco Bühner, lido pelo Deputado Luiz Claudio Romanelli - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 028/08 de autoria do Deputado Fábio Camargo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Artagão Júnior às emendas de Plenário nº 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8 - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 034/08 de autoria do Deputado Ney Leprevost. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Douglas Fabrício - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 165/08 de autoria do Deputado Ney Leprevost. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Carlos Martins - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 180/08 de autoria do Deputado Elio Rusch. O Sr. Deputado Douglas Fabrício SOLICITA VISTA - CONCEDIDO pelo Presidente; 06) Projeto de Lei nº 188/08 de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro. Parecer do Deputado Carlos Simões pela devolução da matéria ao autor, lido pelo Deputado Luiz Claudio Romanelli - DEFERIDO pelo Presidente; 07) Projeto de Lei nº 190/08 de autoria do Deputado Nereu Moura. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Carlos Martins - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 192/08 de autoria do Deputado Edgar Bueno. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Douglas Fabrício - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 204/08 de autoria do Deputado Luiz Nishimori. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Carlos Simões, lido pelo Deputado Luiz Claudio Romanelli - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 207/08 de autoria do Deputado Mauro Moraes. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Douglas Fabrício - APROVADO; 11) Proposição Veto nº 010/08 de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 623/07, de autoria do Deputado Nelson Justus, que altera dispositivos da Lei nº 8207/85. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Douglas Fabrício ao encaminhamento à Plenário - APROVADO; 12) Proposição Veto nº 041/08 de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 806/07, de

autoria do Deputado Marcelo Rangel. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nereu Moura ao encaminhamento à Plenário - APROVADO; 13) Proposição Veto nº 042/08 de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 551/07, de autoria do Deputado Douglas Fabrício. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Francisco Bühner ao encaminhamento à Plenário - APROVADO; 14) Proposição Veto nº 043/08 de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 743/07, de autoria do Deputado Marcelo Rangel. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Claudio Romanelli ao encaminhamento à Plenário - APROVADO; 15) Proposição Veto nº 044/08 de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 025/08, de autoria do Deputado Alexandre Curi que altera dispositivos da Lei nº 14968/05. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões ao encaminhamento à Plenário, lido pelo Deputado Luiz Carlos Martins - APROVADO; 16) Proposição Veto nº 045/08 de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 639/07, de autoria do Deputado Jocelito Canto. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Artagão Júnior ao encaminhamento à Plenário - APROVADO; 17) Proposição Veto nº 046/08 de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 741/07, de autoria do Deputado Geraldo Cartário que altera dispositivos da Lei nº 11027/94. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Tadeu Veneri ao encaminhamento à Plenário - APROVADO; 18) Proposição Veto nº 050/08 de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 758/07, de autoria do Deputado Reni Pereira. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Tadeu Veneri ao encaminhamento à Plenário - APROVADO; 19) Projeto de Lei nº 039/08 de autoria do Deputado Professor Luizão. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Francisco Bühner, na forma da emenda anexa - APROVADO; 20) Projeto de Lei nº 060/08 de autoria do Deputado Luiz Accorsi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Francisco Bühner, na forma da emenda anexa - APROVADO; 21) Projeto de Lei nº 147/08 de autoria do Deputado Mauro Moraes. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Francisco Bühner - APROVADO; 22) Projeto de Lei nº 157/08 de autoria do Deputado Edgar Bueno. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Francisco Bühner, na forma da emenda anexa - APROVADO; 23) Projeto de Lei nº 261/08 de autoria da Deputada Cida Borghetti. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Francisco Bühner - APROVADO; 24) Projeto de Lei nº 267/08 de autoria do Deputado Alexandre Curi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Francisco Bühner - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Ana Andretta, advogada e Secretária desta Comissão.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
Ana Andretta - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos oito dias do mês de julho do ano de dois mil e oito, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Durval Amaral e com a presença dos Srs. Deputados: Artagão Júnior, Carlos Simões, Duílio Genari, Francisco Bühner, Luiz Claudio Romanelli, Nereu Moura, Stephanes Júnior, Reni Pereira, Tadeu Veneri e Dr. Batista. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a ata da última reunião ordinária em discussão e votação - APROVADA, com pedido de dispensa de leitura pelo Deputado Tadeu Veneri. Passou-se à Ordem do Dia: O Sr. Deputado Duílio Genari apresenta requerimento de preferência de votação aos Projetos de Lei nºs 295/08, 296/08 e 297/08. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento - APROVADO; 01) Projeto de Lei nº 296/08 de autoria do Ministério Público. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nereu Moura, na forma da emenda anexa - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 295/08 de autoria do Ministério Público. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nereu Moura, na forma das emendas anexas - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 297/08 de autoria do Ministério Público. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Reni Pereira - APROVADO. O Sr. Deputado Nereu Moura apresenta requerimento de preferência de votação ao Projeto de Lei nº 023/08. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 023/08 de autoria dos Deputados Alexandre Curi, Nelson Justus e Luiz Claudio Romanelli. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nereu Moura, na forma das subemendas anexas - APROVADO. O Sr. Deputado Reni Pereira apresenta requerimento de preferência de votação ao Projeto de Lei nº 026/08. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 026/08 de autoria dos Deputados Stephanes Júnior e Elio Rusch. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Reni Pereira - APROVADO; 06) Projeto de Lei Complementar nº 212/08 de autoria do Deputado Edson Strapasson. Parecer do Deputado Artagão Júnior pela devolução da matéria ao autor - DEFERIDO; 07) Projeto de Lei nº 259/08 de autoria do Deputado Waldyr Pugliesi - altera dispositivos da Lei nº 15758/07. O Sr. Deputado Artagão Júnior SOLICITA VISTAS - CONCEDIDO pelo Presidente; 08) Proposição Veto nº 040/08 de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 796/07 de autoria do Deputado Augustinho Zucchi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Reni Pereira ao encaminhamento à Plenário - APROVADO; 09) Proposição Veto nº 047/08 de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 750/07 de autoria do Deputado Douglas Fabrício. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Reni Pereira ao encaminhamento à Plenário - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 250/08 de autoria do Deputado Nereu Moura. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Artagão Júnior, na forma da emenda anexa - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 260/08 de autoria do Deputado Nereu Moura. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Artagão Júnior - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 263/08 de autoria do Depu-

tado Luiz Malucelli. O Sr. Luiz Claudio Romanelli SOLICITA VISTA - CONCEDIDO pelo Presidente; 13) Projeto de Lei nº 275/08 de autoria do Deputado Antonio Belinati. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Tadeu Veneri - APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 277/08 de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Artagão Júnior - APROVADO; 15) Projeto de Lei nº 278/08 de autoria do Deputado Dr. Batista. O Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli, Relator, requer a conversão da matéria em diligência junto à Secretaria de Estado da Saúde - DEFERIDO pelo Presidente; 16) Projeto de Lei nº 280/08 de autoria do Deputado Marcelo Rangel. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 17) Proposição Veto nº 060/08 de autoria do Poder Executivo - Veto o Projeto de Lei nº 158/07 de autoria do Deputado Fábio Camargo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Francisco Bühner ao encaminhamento à Plenário - APROVADO; 18) Proposição Veto nº 061/08 de autoria do Poder Executivo - Veto o Projeto de Lei nº 053/08 de autoria do Deputado Marcelo Rangel. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Francisco Bühner ao encaminhamento à Plenário - APROVADO; 19) Projeto de Lei nº 262/08 de autoria do Deputado Luiz Nishimori. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari, na forma da emenda anexa - APROVADO; 20) Projeto de Lei nº 292/08 de autoria do Deputado Nelson Justus. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 21) Projeto de Lei nº 293/08 de autoria da Deputada Cida Borghetti. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 22) Projeto de Lei nº 294/08 de autoria da Deputada Cida Borghetti. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 23) Projeto de Lei nº 299/08 de autoria do Deputado Stephanes Júnior. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari, na forma da emenda anexa - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Ana Andretta, advogada e Secretária desta Comissão.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
Ana Andretta - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos quatorze dias do mês de julho do ano de dois mil e oito, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Durval Amaral e com a presença dos Srs. Deputados: Caíto Quintana, Carlos Simões, Duílio Genari, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Nereu Moura, Reni Pereira, Tadeu Veneri e Augustinho Zucchi. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a ata da última reunião ordinária em discussão e votação - APROVADA, com pedido de dis-

pensa de leitura pelo Deputado Reni Pereira. Passou-se à Ordem do Dia: o Sr. Deputado Carlos Simões apresenta requerimento de preferência de votação aos Projetos de Lei nºs 264/08 e 265/08. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento - APROVADO; 01) Projeto de Lei nº 264/08, de autoria do Tribunal de Justiça. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Caíto Quintana, na forma da emenda anexa - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 265/08, de autoria do Tribunal de Justiça. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Caíto Quintana, na forma da emenda anexa - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 153/08, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida. Parecer do Deputado Reni Pereira pela DEVOLUÇÃO DA MATÉRIA ao autor - DEFERIDO; 04) Projeto de Lei nº 180/08, de autoria do Deputado Elio Rusch. Parecer do Deputado Carlos Simões pela DEVOLUÇÃO DA MATÉRIA ao autor - DEFERIDO; 05) Projeto de Lei nº 201/08, de autoria dos Deputados Luiz Eduardo Cheida e Teruo Kato. Parecer do Deputado Reni Pereira pela DEVOLUÇÃO DA MATÉRIA aos autores - DEFERIDO; 06) Projeto de Lei nº 214/08, de autoria do Deputado Stephanes Júnior. Parecer do Deputado Reni Pereira pela DEVOLUÇÃO DA MATÉRIA ao autor - DEFERIDO; 07) Projeto de Lei nº 254/08, de autoria do Deputado Osmar Bertoldi. O Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli SOLICITA VISTAS - CONCEDIDO pelo Presidente; 08) Projeto de Lei nº 256/08, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Caíto Quintana - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 259/08, de autoria do Deputado Waldyr Pugliesi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Reni Pereira, na forma da emenda anexa - APROVADO; 10) Proposição Veto nº 057/08 de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 035/08 de autoria do Deputado Luiz Nishimori. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Reni Pereira ao encaminhamento à Plenário - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 188/08, de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 252/08, de autoria do Deputado Elio Rusch. O Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli SOLICITA VISTAS - CONCEDIDO pelo Presidente; 13) Projeto de Lei nº 274/08, de autoria do Deputado Ribas Carli Filho. O Sr. Deputado Caíto Quintana SOLICITA VISTAS - CONCEDIDO pelo Presidente; 14) Projeto de Lei nº 282/08, de autoria do Deputado Stephanes Júnior. O Sr. Deputado Reni Pereira, Relator, requer a CONVERSÃO da matéria em diligência junto à Secretaria de Estado da Fazenda - DEFERIDO pelo Presidente; 15) Projeto de Lei nº 287/08, de autoria do Tribunal de Justiça. Os Srs. Deputados Luiz Claudio Romanelli e Tadeu Veneri SOLICITAM VISTA - CONCEDIDO pelo Presidente. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Ana Andretta, advogada e secretária desta Comissão.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
Ana Andretta - Secretária